

## UMA UNIVERSIDADE DO AMPLO SABER E DA MULTIPLICIDADE DE SABERES PARA O MUNDO EMERGENTE DO SÉCULO 21<sup>1</sup> - Carlos MOORE

Fui convidado pelo Instituto Cultural Steve Biko - pelo qual sinto particular carinho e consideração - a expressar meu pensamento sobre seu projeto de se transformar numa instituição de ensino superior. Como toda e qualquer iniciativa educacional, essa também não se exime de uma crítica efetiva. Por isso expresso, com total liberdade, meu pensamento sobre projetos centrados na criação de instituições de ensino superior etnicamente determinadas. Incumbo-me dessa missão com a autonomia de um intelectual não afiliado a qualquer movimento ou partido político, não alinhado com ideologia ou religião alguma, nem membro de instituição privada ou pública de nenhuma espécie; e, sim, como investigador preocupado puramente com a busca de verdades sociais que, no meu entendimento, só podem surgir através do exercício do pensamento crítico. Mas também irei me expressar como militante de opção pan-africanista, zeloso pela maior congruência entre essas verdades sociais e os objetivos propriamente políticos que parecem ansiar as comunidades afro-descendentes diaspóricas. O primeiro passo nesse sentido é a análise fria, rigorosa e não complacente das realidades tais quais elas se apresentam a mim.

Não adianta nos deixar arrastar pelo entusiasmo, sem medir as verdadeiras implicações que semelhantes projetos acarretam, e da dificuldade inerente a um casamento democrático e sincero entre os interesses e características que correspondem aos de uma *empresa privada* – porque se trata de uma *empresa privada* – e os interesses e exigências implícitas em tudo o que diz respeito ao domínio público e ao bem comum. Existe uma linha demarcatória bem definida entre esses dois domínios que faz com que o projetado “casamento” entre dois setores cujos interesses fundamentais divergem tanto seja problematizado. Penso, finalmente, que as considerações de infra-estrutura, financiamento e organização curricular podem, em última instância, ser pormenorizadas como puras questões práticas na realização dos mesmos.

Deve reter a nossa atenção a necessidade de se fazer a uma séria reflexão sobre as implicações sociais, políticas e intelectuais de tais projetos desafiadores. Se havemos de investir esforços e recursos neles, teremos que parar um momento e estabelecermos um

---

<sup>1</sup> Palestra proferida no dia 31 de julho de 2007, em comemoração ao 15º aniversário de fundação do Instituto Cultural Steve Biko, no auditório da Faculdade Visconde de Cairú.

efetivo diálogo sobre todas as incidências possíveis deles para a nossa comunidade e para a nação. Devemos nos interrogar, seriamente, sobre como a Comunidade vai exercer uma autoridade moral, ou outra qualquer, sobre instituições que, na verdade, não se vêem condicionados a lhe prestar contas?

No transcurso destas indagações, procurarei demonstrar o que está por trás das reservas e ressalvas que expressei. Explicar por quê acho que as propostas como a que emana do Instituto Steve Biko nos conduz a enfrentar outras questões ainda mais amplas e graves, no que diz respeito ao rumo em que está orientado o Movimento Social Negro, não apenas no Brasil, mas em todos os países de afrodescendência diaspórica.

Para o propósito de minha reflexão, centrarei minha atenção na maneira em que as civilizações africanas concebiam a sociedade, grosso modo, e organizaram o Pacto Social. A partir daí, estaborecerei deduções sobre a maneira como as nossas mentalidades de origem africana, nossas estruturas sociais originadas no continente africano, tudo que herdamos por via da cultura influencia grandemente a maneira como as comunidades afrodescendentes diaspóricas se organizam no dia-a-dia e estruturam o conjunto de seus relacionamentos sociais.

### **O verdadeiro papel do ensino da história da África**

Para ensaiar algumas proposições às questões acima, faz-se necessário interrogar a nossa própria história sobre o sentido das estruturas sociológicas que exibem nossas sociedades pré-coloniais. Mas não se trata de um olhar onde o narcisismo legitimador, o aneddotismo simplificador, o reducionismo conveniente, se sobreponha à verdade social, como frequentemente é o caso quando nos referimos ao ensino da história da África e de suas sociedades. O ensino da história da África não pode e limitar à recitação de títulos e nomes dinásticos, à exaltação de tal ou tal soberano, tal ou tal casa da realeza. Ele deve refletir a verdade social no que ela tem de mais imediato e essencial: as relações sociais concretas que conformam o quadro da sociedade (cooperação, exploração, dominação, solidariedade, sujeição, resistência).

A história da África não se reduz somente ao estudo das dinastias reinantes, mas, sobretudo, à história dos povos sobre os quais elas reinaram, às vezes de maneira despótica e cruel. Hoje, precisamos ter uma visão mais crítica e objetiva sobre as realidades sociais e

políticas africanas, da África de ontem e de hoje. A finalidade desse conhecimento, por sua vez, é fincar a nossa própria realidade como comunidades diaspóricas no contexto do real, porém não imediatista e confinado hermeticamente a uma pobre perspectiva quinhentista. O que precisamos sobre a África é uma história que esteja aberta para o mundo - aquele que, durante centenas de milhares e anos, os africanos forjaram como os autênticos representantes da nossa humanidade comum. É essa a realidade histórica, a verdadeira, que, dia-a-dia, pacientemente, está surgindo dos achados científicos nas diferentes áreas de conhecimento e disciplinas do saber, principalmente da biologia evolutiva, da genética, da paleontologia, e do trabalho de toda uma nova geração de *verdadeiros* historiadores e africanistas.

Pouco a pouco, o estudo da história da África está provocando, no mundo inteiro, uma reavaliação completa de muitas das assunções tidas por verdades até há pouco tempo atrás e de muitas teorias sustentadas como prováveis até hoje. De modo que a problemática em torno à questão de como ensinar a história da África – a verdadeira e não aquela que surgiu das mentes pervertidas dos acadêmicos e pensadores ocidentais – se constitui para nós, negros e brancos, em um desafio para o conhecimento científico.<sup>2</sup>

Para nós, cidadãos afro-descendentes, conhecer as realidades objetivas da África, tanto no período pré-colonial como no contemporâneo, é de uma importância vital. Isso tem que nos levar, necessariamente, para além da abordagem formal, pois implica no conhecimento de *nós mesmos*, de nossa mentalidade, de nossos hábitos culturais, de nossos valores e vícios morais, todas os quais provêm, em grande parte, das estruturas profundas de nosso próprio psiquismo coletivo.

Atendendo a essa visão das coisas, no transcurso desta abordagem, manifesto reservas e ressalvas que se fundamentam em dados sociológicos e políticos, sendo cada um de nós livre para considerar ou rejeitar, mas, que não se pode ignorar. Vejamos, então, algumas das estruturas africanas que carregamos como parte da nossa identidade e que nos caracterizam como povos diaspóricos.

## **A tradição patrimonialista**

---

<sup>2</sup> Para uma discussão extensa do problema metodológico no que diz respeito ao ensino da história da África, ver: Carlos MOORE WEDDERBURN. *Novas bases para o Ensino da História da África no Brasil*. In: *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal Nº. 10.639/03*. Brasília: SECAD/MEC, 2005. Pág. 133-166.

As estruturas familiares são a base de toda a pirâmide social das civilizações e sociedade africanas. Elas constituem o núcleo fundamental a partir do qual se estruturam as relações políticas entre grupos sociais, segmentos etários e classes socioeconômicas. Essa pirâmide constrói-se de modo vertical e horizontal, simultaneamente, atendendo à natureza concêntrica das estruturas sociais das sociedades africanas. A família é o sustentáculo do clã, da tribo e/ou confederação de tribos, e, finalmente, do próprio Estado. Fora dela, a comunidade inexistente na medida em que a família é vista como a finalidade da interação entre as *peçoas* – e realça as *peçoas*. A sociedade africana despreza o indivíduo e, conseqüentemente, o individualismo.

A família, portanto, é o núcleo fundamental de pessoas unidas por laços de sangue. Sendo uma estrutura extensa, em vez de nuclear, como é o caso no mundo ocidental, a família africana conta com a participação de dezenas de pessoas. Na maioria das civilizações desse continente, a família é de natureza policonjugal, o que estende ainda mais sua abrangência demográfica, podendo reunir centenas de parentes consangüíneos. Assim, o casamento não é visto como uma opção individual, mas como uma obrigação social.

No passado e no presente essa realidade é a base de um tipo de solidariedade emocional total, de fidelidade irrestrita, que pode ser cega e imune às exigências de formas mais amplas de solidariedade. Esse tipo de situação, no entanto, enfrentou um sério desafio quando o Ocidente derrotou as sociedades africanas, as submeteu a seu controle total, e as obrigou a aceitar outra forma de jogo social e político, centrado em noções até então desconhecidas pelos africanos. A separação entre Estado e Família, entre Estado e Religião, entre Estado e Patrimônio, revoluções na maneira de estruturar a vida em sociedade, que somente aconteceram no Ocidente no final do século XVIII, como conseqüência da Revolução Francesa, não tinham precedentes nas sociedades africanas, embora estas fossem bastante democráticas dentro da monarquia.

Alguns historiadores parecem acreditar<sup>3</sup> que, de todos os modos, as sociedades africanas monárquicas estavam “predestinadas” a ir no sentido da instauração de uma ordem *republicana* – evento que requereu, no Ocidente, uma sangrenta guerra civil e dezenas de milhares de mortos. Seja qual for o caso - já que esse ponto será, para sempre,

---

<sup>3</sup> Pathé DIAGNE, *Pouvoir politique traditionnel en Afrique occidentale. Essais sur les Institutions politiques précoloniales*. Paris: Présence Africaine, 1967.

uma conjectura – a realidade é que as sociedades africanas nunca desenvolveram estruturas republicanas nem filosofias políticas que advogassem o conceito republicano. O choque frontal com a Europa, e a derrota esmagadora que a África sofreu nesse encontro brutal, eliminou qualquer possibilidade de uma evolução orgânica para tais estruturas, supondo que essas sociedades tivessem tido no seu seio, nessa época, os ingredientes capazes de alimentar semelhante evolução.

Na realidade, as estruturas e o espírito republicano foram implantados na África depois da colonização, que, como sabemos, começara um pouco antes da Conferência de Berlim de 1884-85, na qual os países da Europa repartiram o continente inteiro em esferas chamadas “colônias”. Nessa época, a grande maioria dos Africanos escravizados nas Américas – exceto em Cuba e no Brasil – já tinham saído da escravização racial. Tudo isso é uma maneira de dizer que os Africanos que vieram para as Américas, a partir do século XVI – de igual maneira que os europeus e asiáticos dessa mesma época – só conheciam as estruturas de tipo monárquicas.

Não há uma tradição republicana oriunda de nossas civilizações. Esse fato condicionou em grande medida a situação que levaria o Haiti recém independente à guerra civil, a partir de 1806, com o enfrentamento entre partidários da monarquia (os nacionalistas Jean Jacques Dessalines e Henri Christophe) e aqueles que queriam estabelecer a República e a democracia parlamentarista (os assimilacionistas pró-ocidentais: Alexandre Pétion e Jean-Pierre Boyer). Cabe-nos indagar se haveria entre as populações africanas continentais em geral e as diaspóricas - especialmente nas Américas, no Caribe, na Ásia meridional e no Pacífico Sul - uma proclividade subconsciente inconfessa, para as estruturas de tipo monárquicas, no sentido de um comando político messiânico e unipessoal.

### **O papel central do tradicionalismo**

Costumamos pensar em nós, em nossas sociedades diaspóricas, como entidades sociais revolucionárias, sempre aptas para ação transformadora. Essa visão surge da ressignificação de nosso passado como escravizados, que se enraíza nas longas, persistentes e repetidas insurreições de escravos e constituição de quilombos, *palenques*, mocambos e outros espaços libertários – verdadeiros Estados alternativos. Com efeito, esse

é parte do nosso legado – uma propensão a nos identificar, e a esposar as causas rebeldes. Em nosso ideário social e histórico, identificamo-nos com aqueles que resistiram à ordem escravista e a subverteram.

No entanto, provimos de sociedades ancestrais que tinham horror a tudo quanto podia implicar *revolução*, rebeldia ou insurreição, que eram tidas como as manifestações do Mal, no sentido místico e também social. As nossas sociedades ancestrais fizeram tudo quanto o possível para favorecer estruturas que garantiam a permanência e a tradição, não a mudança constante. Trata-se de sociedades *profundamente conservadoras*, para as quais deveriam ser banidas todas as possibilidades do exercício de práticas sociais tidas como “disruptivas”. O “novo”, a “mudança”, o “imprevisto” eram vistos com desconfiança, como algo ameaçador, e se privilegiava a tradição e a permanência como garantias da estabilidade em todos os sentidos. A estabilidade quase total era garantida por toda sorte de instituições específicas, subordinadas todas às instâncias religiosas.

As nossas sociedades são tradicionalistas no único sentido que esse termo traduz uma realidade: o fato de que elas favorecem a permanência, as mudanças paulatinas, sobre um espaço de tempo muito longo, e fogem de tudo o que possa ameaçar a ordem estabelecida. Acho que essa é uma das conseqüências do fato de serem *matricentradas*. Com efeito, a preocupação pela estabilidade, a ordem, a permanência e a regularidade corresponde às características próprias do mundo feminino, mais do que qualquer outro.

É em função desse objetivo de estabilidade, que as civilizações africanas favorecem as estruturas de não competição, os espaços sociais e profissionais reservados (castas), as instituições herméticas (iniciáticas) e os compartimentos etários e de gênero iniciáticos (sociedades de mulheres, sociedades de adolescentes, sociedades de anciãos...). As estruturas matricêntricas, matrilineares e concêntricas, que servem como base da maioria das sociedades africanas agrícolas e produtoras de excedentes, surgiram em torno destas preocupações.

As civilizações africanas são construções humanas profundamente enraizadas na tradição, na permanência, como maneira de garantir a assimilação do câmbio de maneira harmônica, a um ritmo suficientemente lento para ser aceito consensualmente. Até hoje, não são sociedades capazes de sustentar, ou assimilar, uma práxis de revoluções contínuas; pelo contrário, as sociedades africanas tem horror das mudanças rápidas, sucessivas, e privilegiam mudanças profundas ao longo de um período muito longo. São sociedades de

tempo longo, de ritmos pausados e câmbios suficientemente lentos, para que as mudanças, o novo, se espalhe por todo o corpo social de maneira progressiva e consensual.

O medo de quebrar o corpo social mediante a introdução de mudanças rápidas, de fragilizá-lo, levou as civilizações africanas, desde o Egito faraônico de 5000 anos antes de Jesus Cristo, até os últimos reinos independentes conquistados no século XVIII pelo Ocidente, a estruturar uma ordem social complexíssima, baseada no compartilhamento das sociedades em segmentos fechados, mas unidos concentricamente, sob o império da religiosidade e da tradição.

Provimos de culturas e civilizações fundamentalmente tradicionalistas, ou seja, conservadoras. Isso não deve ser uma surpresa, pois corresponde aos fatos sociohistóricos. O caso do Egito é o mais patente de todos. Por serem tão apegados à tradição, tão submissos ao mundo dos mistérios e da religião, os egípcios viram-se arrebatados, pelos gregos e romanos, de todo um mundo de saber e de saberes. E isso os enfraqueceu. Foram arrebatados, inclusive, da própria independência nacional, caíram na colonização e na destruição.

O Egito durou praticamente dois mil anos sem grandes mudanças na sua ordem social e política. As dinastias se sucediam uma trás a outra, sem fim, durante séculos e séculos, sem que o clero religioso, ou a burocracia dominante, introduzisse câmbios na ordem social. Ulteriormente, foi isso o que provocou o caos que chegou quando o povo, em uma explosão revolucionária, derrubou tudo, incendiou as cidades e começou a degolar as elites e matar todos aqueles que representavam a ordem faraônica que o oprimiu por séculos. Mas o que aconteceu depois?

O Egito voltou a cair na mesma situação de letargia social, de opressão das elites e do clero religioso, no mesmo conservadorismo que duraria, de novo, mil anos mais até que, fatalmente, chegassem as grandes invasões dos povos euro-asiáticos, revoltosos, bélicos, agressivos e portadores de uma visão raciológica: os Hiksos; logo após, os “Povos do Mar”; os Hititas ; os Assírios - os terríveis assírios - e os terríveis Persas que, sob Cambisses, invadiram o Egito, colocando-o a fogo e a sangue, destruindo as casas, os templos, as construções hidráulicas, o sistema de esgotos, tudo. O Egito começou sua longa agonia, pois ainda viriam os Gregos, sob Alexandro, seguidos pela longa colonização Romana. O resto é conhecido: a invasão e colonização Bizantina; a invasão e colonização árabe ; e a conquista dos Turcos Otomanos .

Desta maneira acaba a história da maior, mais poderosa, mais influente e mais dinâmica das civilizações que os povos africanos tenham construído sobre o solo de seu continente. Não mencionarei aqui as civilizações negras mesopotâmicas (Sumer, Akad e Ur), no Iraque atual, a de Elam-Suzanka, no Irã atual, a do complexo dravidiano do Vale do Indus (Harappa, Mohenjo-Daru, Chanh-Daru). Também não mencionarei as grandes civilizações que os povos melanodérmicos surgidos da África constituiriam aqui, nas Américas, três mil anos antes de Jesus Cristo, contemporâneas daquelas do Sumer, Egito e as do Vale do Indus, sendo a civilização Sih-Olmeca-Pericú a mais espetacular delas. O que nos importa agora é outra discussão.

A sociedade que nos derrubou e nos conquistou, e conquistou o mundo inteiro, é a mais revolucionária de todas as sociedades da história humana. Revolucionária no sentido real da palavra, que nada tem a ver com o sentido político restritivo que lhe damos corriqueiramente, está assentada nas bases da modernidade do capital, promovendo a Revolução Industrial capitalista, e configurando o mundo globalizado de hoje, também capitalista. Revolucionária no sentido de estruturas de pensamento e modos de ação social que favorecem as mudanças sem fim, constantes, e sem rumo. É essa a sociedade que instalaram os nossos conquistadores: uma sociedade de mutações rápidas, em todos os sentidos, incontroladas, sem rumo, sem fim, sem limites e totalmente amorais. Sabemos que o ético, o moral, se afina no sentido de permanência. O que muda rapidamente demais, não leva em conta o moral ou o ético; só privilegia a mudança, como algo *reificado*, como sendo o único que dá sentido a história.

A civilização que nos conquistou é revolucionária, negativamente, até o ponto de não respeitar nada, nem sequer o tempo para a adaptação. O mundo capitalista, particularmente na sua versão globalizada, é assim: antes das pessoas terem tido o tempo de se adaptar a uma situação qualquer, as dinâmicas cegas do capitalismo promovem novos câmbios brutais, sem saber nem para onde se quer ir, nem para onde se vai, nem sequer para onde se pode ir sem comprometer a viabilidade da existência humana neste planeta. Esse dinamismo revolucionário acaba sendo tão perigoso para a humanidade quanto o conservadorismo tradicionalista que caracterizou, e continua a caracterizar as nossas culturas e civilizações.

Caracterizam-se assim as civilizações que surgiram no continente africano: profundamente tradicionalistas, fundamentalmente teosóficas e teocráticas, *conservadoras*



no sentido de privilegiar a conservação, sem mudança de tudo o que foi legado pelos predecessores, e, também, no sentido de oferecer uma grande resistência às mudanças que poderiam ameaçar a ordem social estabelecida. Pode-se argumentar, e eu concordaria, que toda ordem social luta pela sua auto-preservação e auto-reprodução, e que nisso as sociedades africanas não eram diferentes, nem mais conservadoras que as outras. O único problema com esse argumento é que, uma e outra vez, a história se repetiu quando os africanos se viram confrontados ao mundo exterior: as estruturas internas africanas tiveram muitas dificuldades para resistir à competição econômica, política e ideológica do mundo exterior árabe-semita ou europeu. E essa situação contribuiu, de algum modo, para a conversão do continente africano, a partir do século XIX, em fonte primária de exportação da mão de obra servil – *escravos*. As elites africanas se converteram à exportação massiva de mão de obra servil porque as estruturas de produção que governavam, e os bens que estes produziam, não podiam competir com as manufaturas provindas do mundo exterior. Diante desse descompasso, pagavam suas compras e suas dívidas com o exterior *com o único capital que tinham que interessara a esses sócios externos à África*.

### **Centralidade do misticismo e da religiosidade**

A tradição filosófica africana tem suscitado todo um debate entre os filósofos africanos sobre se era próprio qualificá-la ou não de “filosofia”, precisamente por causa da dificuldade de separá-la das próprias bases teosófica de suas sociedades. É certo que uma das características marcantes das civilizações e das culturas africanas é a extraordinária *espiritualidade* que as permeia. Do mesmo modo que se dá em outras civilizações, essa espiritualidade é canalizada pelas vias do misticismo e da religião, ambos sendo confundíveis, porém com características que as distinguem. O elo comum é, sem dúvida, a fé (aquela convicção poderosa de que existe um mundo vivente intangível que nos governa e com o qual podemos interagir, e que a existência desse mundo prescinde de qualquer tentativa de verificação).

Com base nessas tradições teosóficas, construíram-se os impérios *teocráticos* africanos, onde o monarca – seja Faraó, Meli ou Negus – era considerado como Pessoa Divina, se não até Filho de Deus, quando não Deus mesmo. Essas tradições profundamente religiosas permeiam as nossas sociedades, tanto no continente africano quanto nas

diásporas. Os povos africanos e afro-descendentes são, eminentemente, povos religiosos e imbuídos do sentimento religioso.

Pode-se indagar que mal há nisso, qual o problema de se ter fé em divindades, sejam os orixás do Candomblé, o Deus dos cristãos, católicos ou Protestantes, os Espíritos dos espíritas, os Caboclos da Umbanda, o Deus Alá dos muçulmanos. Não vejo problema nenhum em, individualmente, termos esta ou aquela fé religiosa. Mas, nas relações que mantemos dentro da sociedade, nas relações que mantemos com o mundo, a predominância da religiosidade pode, sim, afetar as considerações políticas, as práticas da investigação acadêmica, e, de modo geral, a compatibilidade com as realidades estritamente científicas.

O racionalismo que o Ocidente privilegia desde os Gregos até hoje, estabelece uma oposição à hegemonia da religião sobre o Estado, reivindicando, igualmente, a liberação da ciência de qualquer amarra metafísica. Estabelece com isso uma condição *sine qua non* para o exercício de um espírito crítico e de uma investigação científica enraizada no mundo objetivo. Ele deve ser considerado por nós como um bem comum da humanidade.

Do mesmo modo, as estruturas e valores de cooperação solidária que a África privilegia, divergentes do individualismo ocidental, devem ser considerados como um belo patrimônio do qual não podemos nem devemos abrir mão, embora o Ocidente represente, hoje, a realidade dominante de um planeta globalizado. O acervo de valores morais africanos fundamenta-se na *pessoa* e, desde o tempo dos egípcios faraônicos até agora, *estima o mundo feminino como sendo a base da sociedade e a fonte de sua moralidade*.

Embora as nossas universidades não o sejam completamente, Sabemos que a Universidade é, e foi concebida para ser, o terreno predileto da investigação racional e científica; o lugar por excelência da experimentação, o espaço privilegiado da exploração intelectual inovadora e o âmbito do pensamento livre e renovador. Sabemos que pode haver, facilmente, incompatibilidade entre uma visão estritamente religiosa e uma prática intelectual que se baseia na investigação científica e racional.

No mundo inteiro, as diferentes sociedades têm lidado com esse problema, ainda sem resolvê-lo completamente. Muitas sociedades – inclusive os próprios Estados Unidos, onde uma forte corrente luta para banir o ensino das teorias evolucionistas nas escolas – ainda enfrentam essa questão espinhosa. O mundo árabe, por exemplo, está em plena crise em torno do problema da construção de instituições acadêmicas modernas que garantam o

livre pensamento, a investigação racional, em contextos sociais que são, fundamentalmente, teocráticos e teosóficos. Inclusive, o crescimento do *integrismo* mulçumano, a intolerância e intransigência dos movimentos políticos do mundo árabe traduzem a dificuldade que experimentam esses povos para mudar suas mentalidades em direção a muitas coisas que hoje prezamos tanto, como as liberdades civis, o pensamento crítico, a livre investigação científica, a equidade intergênero, o anti-racismo e a liberdade de orientação sexual.

Não estou afirmando que não há uma solução para esse problema. Estou apontando para o fato de que esses problemas também existem em nossas sociedades, em nossas comunidades, dominadas como elas são pela tradição religiosa, seja qual for a religião concernida. Com alarma crescente, estamos presenciando essa invasão da religião na vida social. A intransigência intolerante dos evangélicos e os ataques contra as religiões de matriz africana são indícios disso.

Ao fazer essas ressalvas, tenho o cuidado de não confundir religiosidade e *espiritualidade*. Não sou religioso, nem místico, nem messiânico: mas, sim voltado à espiritualidade que, para mim, não se condiciona aos mitos cosmogônicos, nem mesmo à crença em um Ser supremo que comandaria cada uma das nossas ações.

Então, a espiritualidade seria o quê?

Não possuo uma resposta suficientemente convincente para essa questão. Somente posso dizer que *acredito no impacto cumulativo das experiências históricas como sendo uma força extraordinária que impacta sobre os indivíduos e muda o curso dos acontecimentos*. É essa força invisível, mas transformadora, que emana de todas as ações e experiências das gerações anteriores à nossa, que eu denomino espiritualidade.

Cada um tem o direito de professar a fé de sua predileção; fé não se discute. No entanto, a fé religiosa deve ficar totalmente fora do âmbito político e não pode de modo algum orientar a investigação da realidade objetiva em uma Universidade. Sendo a religião um dos grandes agentes da evolução social, ela deveria ser um objeto de estudos disciplinares específicos. Uma nova instituição acadêmica alternativa não pode desdenhar esse campo investigativo. Acho que não se pode projetar uma estrutura de ensino superior, como a que sugere o Instituto Cultural Steve Biko, sem encarar e discutir esse assunto da religião também.

## Somos uma nova civilização afro-americana

Compreendamos ou não, nós, afro-descendentes, somos membros de uma nova civilização africana emergente nas Américas, caracterizada por valores e vícios, poderes e patologias, saberes e dissabores, que fazem de nós, coletivamente, um corpo de experiências singulares, distinguíveis, diferentes das outras comunidades culturais com as quais compartilhamos as nossas respectivas nacionalidades e sentimentos de nação. Em última instância, é a nossa Consciência Coletiva – a nossa consciência grupal de povos diaspóricos - que, finalmente, nos conduz a andar por trilhos que atrapalham ou enaltecem.

As civilizações africanas desenvolveram todo um saber sobre o Homem; o homem em todas as suas possibilidades. Não eram civilizações xenófobas, ou racistas, ou fundamentalmente voltados pelo ódio à mulher. Também não defendo que eram civilizações totalmente includentes de todas as formas de alteridade, ou que tenham sido perfeitamente o que as nossas exigências de hoje requerem.

Há que ver as formas de inclusão do Outro que elas construíram no contexto exclusivo daqueles tempos remotos em que existiram. De modo geral, trata-se de civilizações altamente inclusivas e solidárias – apesar de serem estruturas de classes e sujeitas a múltiplas formas de opressão socioeconômica. Eram altamente respeitosas da maior forma de alteridade do ser humano: a alteridade de gênero, pois ela é biológica antes de ser uma identidade historicamente e socialmente construída. Pois ser mulher, à diferencia de ser fêmea, é pertencer a uma identidade que se construiu em função de realidades sociais e históricas. Fêmea é uma realidade biológica; mulher é um construto histórico.

O que deve e o que não deve ser aproveitado desse enorme patrimônio ancestral herdado que diz respeito à maneira com que as civilizações africanas concebiam todas as formas possíveis de *relação* na sociedade?

Aqui nas diásporas do hemisfério ocidental, estamos no processo de criação de uma nova civilização, desde o Canadá até a Terra do Fogo, no cone sul, constituído pela Argentina e pelo Chile. Uma civilização compósita. Utilizo, propositalmente, o termo “compósito”, e não o termo “sincrético” – este famoso termo tão favorecido pelos antropólogos e sociólogos ociosos e preguiçosos que se incumbem da tarefa de transformar nossas culturas em objetos de folclore. Ela é uma civilização que incorpora, de fato,

elementos de pensamento e de práxis social provindos de universos civilizatórios diferentes, e mesmo opostos. Uma civilização que traz, em sua base, as éticas, costumes, mitos e padrões de sociedades específicas do universo civilizatório africano. No nosso caso, não se trata de uma, mas de uma multiplicidade de aportes culturais africanos (mais de quinhentos) que vieram para este continente como consequência do Grande Desterro.

Sobre essas culturas africanas desterradas, dispersadas e pertencentes elas mesmas a mundos civilizatórios diferentes, impactaram poderosamente as culturas provindas da civilização que as conquistara. Desse modo, as culturas africanas desterradas, subalternizadas e colocadas em situação de subordinação total, foram submetidas a uma nova trama social moldada no contexto da escravidão racial. Numa luta corpo a corpo, as culturas do Ocidente, a civilização ocidental, nos moldou, enquanto tentamos preservar o que podíamos daquilo que trouxemos conosco. Fomos nos transformando no que somos hoje ao longo deste hemisfério ocidental: uma civilização Afro-americana emergente, complexa, patologizada ao extremo, dinâmica e vibrante, mas contraditória, pois conservadora e revolucionária ao mesmo tempo. Enfim, uma civilização que comporta mecanismos internos disfuncionais, e onde o protesto social permanente vive ao lado da maior complacência e passividade.

Somos uma civilização sem consciência de sê-la.

Sublinho, com a ênfase possível, que, na realidade, apesar de sermos povos que cultuam a rebeldia, ao menos aqui na diáspora, somos também complacentes, conservadores e tradicionalistas. Minha compreensão disso vai de encontro à visão de que, como militantes políticos, podemos forjar nós mesmos e nossas comunidades, pois reagimos com temor às mudanças.

Repito, mesmo correndo o risco de chocar: somos povos bastante complacentes e conservadores que - como todos os outros povos - também tememos as mudanças.

Tudo isso equivale dizer que nós, povos africanos diasporizados, *ocidentalizados* pela força dos acontecimentos, operamos a partir de estruturas mentais e culturais duais provindas de universos civilizatórios divergentes: um mundo tradicionalista, profundamente religioso, que privilegia a cooperação solidária, o respeito da pessoa, e os valores comunitários; e um mundo basicamente materialista, individualista, e racionalista que privilegia as mudanças revolucionárias de todo tipo, boas e más, sem discernimento ou respeito pelo equilíbrio entre as coisas. É por isso que precisaríamos de novos paradigmas,

embasados em terrenos epistemológicos igualmente novos, para poder chegar a operar uma síntese profícua entre esses dois mundos de experiências civilizatórias que teremos de integrar em uma práxis social moderna, democrática e extensiva a todos os componentes da sociedade em que vivemos.

Experimentamos o conflito permanente entre o velho e o novo, entre o que é conservador e o que é revolucionário; entre um futuro que nos inspira medo, e um passado do qual desconhecemos praticamente tudo, e pelo qual nos interessamos muito pouco. Por exemplo, a maioria dos nossos estudantes convive diariamente com estudantes provindos da África, mas raros são aqueles que aproveitam essa proximidade para tomar conhecimento, pelo menos, do tipo de estruturas sociais, culturais e políticas dessas sociedades ou de como elas funcionam hoje, ou funcionaram ontem.

Vivemos na tensão que constitui a tentação de integrar as estruturas capitalistas que nos oprimem, convertendo-nos em uma nova elite negra de classe média, ao tempo que sentimos a necessidade de rejeitar essas estruturas capitalistas e substituí-las com algo que nem sabemos definir, mas que estivessem presentes o espírito de solidariedade, o cooperativismo coletivista, a vida social enraizada na práxis da responsabilidade solidária recíproca, e na relação eqüitativa entre o homem e a mulher; todas características das culturas, sociedades e civilizações das quais provimos.

Uma enormidade de elementos soltos provindos da África continua a dominar o nosso subconsciente coletivo, e, portanto, nutrindo essa nova civilização afro-americana que estamos, desde há três séculos, construindo na nossa prática social cotidiana em todos os países da diáspora americana.

Nós, negros das Américas, Africanos das Américas, somos parte de uma civilização emergente, mas altamente patogênica em que coexistem os vícios sociais inerentes às culturas e civilizações das quais provimos juntamente com os vícios sociais que particularizam as culturas européias da chamada civilização Ocidental. O nosso percurso singular aproxima os vícios de dois mundos civilizatórios opostos.

Vivemos o tradicionalismo - alimentado fortemente pelos nossos terreiros, igrejas evangélicas ou templos espíritas - ao mesmo tempo em que sonhamos com uma sociedade onde predomine a mais ampla justiça social. Lutamos pela diversidade que garanta a nossa inclusão, em todos os sentidos, mas somos sexistas, homofóbicos, lesbofóbicos e profundamente *endorracistas* (ou seja, racistas contra nós mesmos). Lutamos

ferrenhamente, numa minoria, por levantar a auto-estima de nossos povos através da asserção de uma Negritude militante e transformadora, ao mesmo tempo em que o nosso subconsciente, numa maioria, deseja freneticamente se diluir nas águas benditas do branqueamento, da mestiçagem redentora, da assimilação proveitosa (porque, na realidade, ao assimilarmos, ganhamos acesso àqueles espaços de privilégio social e de respeitabilidade que nos são vetados na vida cotidiana).

Vivemos entre a tensão permanente de permanecer fiéis às nossas origens, à nossa memória coletiva, por uma parte, e de fugir delas e nos diluir nesse magma tóxico, letal para as nossas almas, definitivamente corruptora dos nossos melhores sonhos, para o qual somos convidados por aqueles que nada de novo tem a apresentar à sociedade, e que nada de inovador ou de desafiante, para o espírito humano, tem a oferecer.

Somos um povo complexo e contraditório, que logrou distinguir alguns dos caminhos pelos quais ele não deve andar, mas que continua perplexo, confuso, sem vislumbrar ainda qual seria sua própria trilha, aquele caminho por onde deve andar na direção efetiva do futuro; um futuro que lhe garanta, de novo, a autonomia, a justiça, o dinamismo e a felicidade social. Mas é com esse povo que teremos que arar; arar a terra, arar o mar, arar os céus, e arar a nossa própria consciência coletiva, para colocar os novos fertilizantes e semear as novas sementes, que nos permitam, de novo, cultivar nossos próprios jardins, nossos próprios bosques, nossas próprias florestas e selvas.

Queremos conquistar uma autonomia cultural e um dinamismo intelectual que, por fim, permita aos nossos jovens, a nosso povo, coletar os frutos surgidos de sua própria inventividade cultural e criatividade intelectual. Somente assim, poderemos, seguidamente, contribuir para que a comunidade nacional à qual pertencemos seja um ambiente são, viável, respirável, e digno de ser chamado de nação, contrariamente do que é o caso hoje.

Diante do exposto, surge a seguinte questão: seremos nós, povos negros da Diáspora, capazes de criar as condições intelectuais que poderiam sustentar instituições superiores alternativas de saber que sejam radical e fundamentalmente diferentes daquelas que se baseiam no raciocínio hegemônico, base do pensamento único em função do qual se exerce a opressão sobre nossos povos?

Acaso podemos dizer, com toda a confiança, que essa nova civilização afro-americana da qual fazemos parte é moralmente superior à civilização que se impôs como referência normativa e hegemônica neste continente? A nossa civilização emergente -

pujante, dinâmica e alegre, mas também patogênica, permissiva, paterno-filica e patrimonialista - está imunizada contra as aberrações sociais e morais que tipificam aquela civilização que a conquistou? Nós, afro-americanos, estaríamos acima de todas as carências e vícios que hoje criticamos como defeito maior do mundo acadêmico que nos rodeia?

Será que os valores que surgiram da singular práxis social das nossas comunidades diaspóricas são suficientemente amplas, flexíveis e racionais para garantir, em todas as circunstâncias e em todo momento, o ambiente de pensamento crítico e de redefinição permanente da realidade necessário para produzir um pensamento verdadeiramente científico? Será que nossa singular experiência social por si só nos infundiu a permeabilidade e capacidade crítica para a absorção do conhecimento cientificamente verificável, venha de onde venha, e sejam quais forem as conseqüências para nosso ego coletivo – nosso ego narcisista coletivo – da aceitação dessa verdade científica ?

O verdadeiro desafio está embutido nessas questões.

Não se trata somente de saber se podemos nos sobrepôr ao medo patológico de fracassar que o racismo infundiu em nós. Tampouco se trata somente de demonstrar aos outros a nossa valia, pois isso corresponderia a uma afirmação da nossa continuada crença no mito de nossa própria inferioridade. Se algo há que se demonstrar, é para nós mesmos, e seria, precisamente, a nossa capacidade de:

- ⌚ Construir instituições que não sejam apenas extensões de nossos sectários vínculos consangüíneos, amizades pessoais e conhecimentos de militância ou de nosso espírito de clã.
- ⌚ Elaborar programas de ensino fundamentados exclusivamente pelo espírito crítico – racional e científico, o único capaz de sustentar a transmissão de um saber, e de saberes, que possa ser compartilhado com igual proveito por todos os membros da sociedade.
- ⌚ Evitar cair no narcisismo racial que tanto criticamos como sendo a marca distintiva das academias latino-americanas, e garantir um ensino desprovido de qualquer exaltação essencialista, seja da raça, da nação, do gênero, da classe social ou de outras formas correlatas de preconceitos e intolerâncias.



- ⌚ Edificar uma instituição verdadeiramente democrática e totalmente inclusiva, no sentido amplo de nossas próprias reivindicações sociais, raciais, políticas e culturais, cujos processos de recrutamento para o pessoal docente se conforme a uma seleção ditada exclusivamente pelos critérios de compromisso moral com a verdade, de qualificação profissional de excelência, e, sobretudo, de comprometimento com as demandas democráticas e anti-racistas da sociedade.
- ⌚ Converter a nossa singular experiência histórica em *ferramentas de conhecimento* que possam servir de base à estruturação de um novo *corpus* paradigmático, e que reflita a realidade social concreta em vez dos mitos essencialistas.

Este é, no meu modo de ver, o cerne da questão.

Não podemos cair na armadilha que consiste em pensar que aqueles que foram alvos do Grande Crime, por sua vez, não possam ser injustos; que aqueles que sofreram e foram humilhados não possam humilhar e fazer sofrer; que aqueles que foram excluídos não possam também excluir. Pois, não há antídoto contra o cometimento do mal, a não ser mediante a prática sistemática do respeito e da estima do Outro, na sua diferença essencial. Aqueles que foram humilhados e excluídos não gozam de qualquer imunidade particular que os impeça de se converter, se a ocasião se apresentar, nos “humilhadores” e “excluidores” de outros.

Seremos capazes de nos colocar, e colocar a instituição docente que queremos fundar, acima de tudo aquilo que hoje criticamos? Seremos ainda capazes de nos transformar – nossas instituições, nossa mentalidade e hábitos – em representantes daquele paradigma de convivência democrática e multirracial que cobramos do resto da sociedade?

Sejam quais forem as respostas que poderíamos reservar a essas perguntas, o caso é que a coerência política requer que se erijam barreiras e se institucionalizem práticas capazes de garantir a existência e expansão de uma cultura política e de uma práxis social fundamentadas no processo deliberativo democrático, na escolha eletiva e na direção por consenso (preferivelmente colegial).

### **Uma Nova Universidade de Estudos Alternativos?**

Sei que a muitos entusiasma a idéia da criação de Universidades Negras no Brasil. A pressão sobre os ativistas para enveredar nessas sendas é forte, sendo perfeitamente lógicos e compreensíveis os sentimentos que subjazem a essa proposta. No entanto, penso que o melhor caminho a ser trilhado não é esse. Faço essa ressalva, centrando minha crítica em experiências educacionais de orientação semelhantes à do Instituto Steve Biko. Com isso, não quero dizer que outras instituições não possam empreender esse caminho. Podem sim, e, desde já, desejo-lhes muito êxito.

A meu ver, o desafio não se encontra na questão de se criar uma Universidade Negra, o que seria bastante fácil, pois existe toda uma série de outras instituições privadas de ensino superior (até religiosos) organizados em torno aos mais variados tipos de interesses segmentares. Inclusive, se considerarmos toda a trama excludente das sociedades da chamada América “Latina”, pareceria que a conclusão lógica seria essa: criar uma série de instituições de ensino superior para aqueles cuja presença é indesejável nas instituições existentes, apesar do fato constringente que essas instituições são mantidas com os tributos que toda a comunidade negra também paga ao Estado para esses fins.

Primeiro, esclareço que não sinto o menor medo das propostas de fundar instituições negras de ensino superior em qualquer país deste continente. Os Estados Unidos contam com 116 dessas instituições que, desde sua criação são responsáveis pela formação de 70% dos negros com títulos universitários desde que os Estados Unidos foi fundado. Mas elas emergiram, no século XIX, das condições concretas impostas pelo sistema oficial de Apartheid que existiu nos Estados Unidos até 1962. A Universidade Negra foi um mandato histórico. Por ela passaram, e se forjaram, quase todos os grandes líderes da comunidade Afro-norte-americana, desde a Guerra Civil. Em crise financeira, essas universidades lutam pela sobrevivência porque, precisamente, nas condições atuais, os jovens Afro-norte-americanos, felizmente, têm possibilidade de freqüentar qualquer Universidade de sua escolha no país. Ou seja, a crise que as Universidades Negras enfrentam resulta do êxito das grandes lutas sociais empreendidas pelos Afro-norte-americanos desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Então, não se trata de medo de uma Universidade Negra, nem de instituições especificamente Negras. De jeito algum. Os únicos que podem ter medo de uma instituição voltada para o resgate dos interesses específicos da comunidade negra marginalizada e

esmagada são aqueles que a marginalizam e que a esmagam. Claro que não se trata de uma oposição, de princípio ou de fato, à existência de instituições especificamente Negras, cuja necessidade não há nem que demonstrar. Entretanto, quando se trata de criar instituições que, normalmente, deveriam sustentar uma vocação *universal*, acho que tais projetos podem ocupar um espaço, agora vazio: a saber, o espaço onde pudesse ocorrer uma convergência democrática como expressão da realidade *multirracial* deste país. Um lugar de convergência, onde as diferentes tendências da sociedade possam se encontrar, dialogar, dissentir, e reelaborar novas sínteses para o bem comum. Uma instituição forjada para servir os interesses específicos e exclusivos de um só segmento da nação – mesmo que seja majoritário - não poderá desempenhar esse papel.

Não quero dizer que não deveria haver espaço para instituições de ensino superior que se destinem prioritária ou exclusivamente a satisfazer as necessidades educacionais de um segmento da sociedade, especialmente o segmento pretérito que foi marginalizado. Ao contrário, em qualquer lugar das Américas, devido às condições terríveis de opressão socioeconômica e cultural que afligem às comunidades afro-descendentes, esse espaço deve existir, sim, e inclusive ser aproveitado. Minha questão é: no caso específico que nos preocupa, teremos que, obrigatoriamente, constituir uma Universidade Negra para alcançarmos as metas pelas quais lutamos tão arduamente?

Para nosso projeto de ensino superior, urge o potencial de constituir, como eu disse, um espaço de congregação acadêmica, científica e cultural, livre e democrático, para os diferentes componentes desta sociedade pluriétnica e multirracial. São esses componentes da sociedade que terão que se juntar na elaboração de um novo Pacto Social, para que a nação sobreviva ao século XXI no interior de suas fronteiras atuais, em vez de se desintegrar – como aconteceu com a gigantesca União Soviética, com a Checoslováquia, com a Iugoslávia, e tantos outros países mais, estilhaçados sob o peso de suas próprias iniquidades socioraciais irresolutas.

Sei que será forte a tentação de se criar uma instituição especificamente *negra*, e que igualmente forte será a incitação a fundar uma universidade eminentemente *política*. No entanto, se cedêssemos a essas tentações, totalmente justificadas no contexto de desigualdades socioraciais incríveis no qual vivemos, estaríamos fechando as portas à verdadeira vocação social e abrangência educativa que deveria ter uma iniciativa deste

gênero; estaríamos desperdiçando uma oportunidade ímpar de andar numa direção totalmente nova e renovadora para a sociedade.

Um Instituto especificamente político, configurado para a formação de quadros militantes, é uma possibilidade aberta a todos, totalmente concebível; trata-se de uma ferramenta para a intervenção social direta. Mas Universidade - cuja etimologia procede de universo (universal) - remete à disseminação de um conhecimento crítico de maneira geral, destinado a toda a comunidade, a toda a nação, a todo o mundo, sem distinção. O que criticamos das universidades nos nossos países da chamada América Latina é, precisamente, o fato de não cumprirem com essa declarada vocação universal de abertura a todos, de inclusão de todos e de lugar de aprendizado para todos. Criticamos o fato de serem instituições da elite dominante, excludentes de todo o resto da sociedade, voltadas para a satisfação das necessidades práticas, técnicas, tecnológicas e hegemônicas dessas elites do poder.

As universidades que a maioria de nós tem freqüentado - que ambicionamos freqüentar desde que éramos meninos e meninas - ou que ansiamos que nossos filhos freqüentem, razão pela qual se luta tanto em favor das quotas socioraciais, é, de fato, uma universidade que considera aos negros e aos indígena-americanos como *inimigos* e que os trata como tais. Nossos jovens, especialmente aqueles que estão forçando as portas das universidades através das quotas socioraciais, são tratados, por muitos daqueles que deveriam acolhê-los com o carinho de um mestre para seu pupilo, como se trata a um assaltante, a um ladrão. Nossos estudantes são tratados nas universidades como se fossem forasteiros, como agentes de uma nação inimiga, como elementos perigosos, como bactérias infecciosas que invadem o organismo social. Não são vistos, e acolhidos, como portadores de uma experiência sem a qual a Universidade deixa de ser Universidade para se converter, como é na maioria dos casos, em uma corporação burocrática, conservadora, onde a palavra é usada não para expressar um pensamento, ou veicular uma intenção, mas para encobri-los; onde o ensino das matérias da sociedade e das disciplinas humanas se converte, na verdade, predominantemente em uma exaltação narcisista da história, dos valores, da filosofia, e do percurso histórico particular do grupo fenotípico que monopoliza racialmente o poder nessa sociedade.

E é por isso - e não pelas razões espúrias alegadas nos famosos abaixo-assinados que emanam com crescente ansiedade de certos segmentos do universo acadêmico - que

causa medo, causa inclusive terror a possibilidade, agora real, que a Universidade cesse de ser o bastião da elite excludente, o reduto privilegiado e intocável do racismo enrustido, o refúgio dos burocratas do ensino do pensamento único. A muitos, que outrora costumavam apresentar-se perante a sociedade como os zelosos guardiões da objetividade científica e como os baluartes do pensamento crítico, aterra a idéia de ter que lidar, doravante, com estudantes procedentes de universos e experiências diferentes e diversos, portadores de novos questionamentos, de novas parcelas da verdade social, e portadores de saberes também. Saberes tanto importantes para a estruturação inteligente de uma convivência harmônica entre grupos sociais procedentes de universos que, no passado, chocaram violentamente, e que, no presente, continuam a chocar com violência na interação social e política cotidiana.

Não abrir de par em par, e entusiasticamente, as portas da Universidade para esses novos portadores de saber e de saberes constitui a maior demonstração de que, apesar de produzir milhares e milhares de excelentes quadros técnicos anualmente, estamos lidando, na realidade, com uma Universidade doente, hegemônica, imperialista; uma Universidade mediocrizada pelo peso que exerce sobre ela o fato de ter sido, durante tanto tempo, o sustentáculo de uma visão elitista e racista da sociedade e do ser humano, em vez de ter sido o lugar privilegiado para a defeca da verdade social.

Disse que o que criticávamos nas Universidades dos nossos países das Américas e do Caribe, era, precisamente, o fato de não serem senão cópias conformes das instituições equivalentes do mundo Ocidental e Norte-americano, âmbitos imperiais voltados, principalmente, para a satisfação das exigências de um sistema de dominação mundial hegemônico; ao invés de serem o lugar privilegiado para o processamento analítico de todos os interesses divergentes da sociedade; o lugar de convergência de todos os valores diferenciados surgidos da convivência multicultural e pluriracial. Enfim, o lugar de interpretação e re-significação de todas as experiências singulares que entraram na composição das nossas nações. Como se sabe, estas nações surgiram da conquista exterminadora, da colonização a fogo e a sangue e da escravização de dezenas de milhões de seres humanos, arrancados de seu continente de origem para edificar as 35 nações independentes atuais deste continente.

O que criticávamos das Universidades de nosso continente era terem traído sua vocação universal, terem traído sua promessa de alinhamento permanente com a verdade

histórica e social e, finalmente, terem se divorciado com a Verdade para se casarem com a Mentira. Logo, então, como conceber enveredar por trilhos que, ulteriormente, poderiam desembocar nesses mesmos resultados nefastos que resultariam em travestir a nossa própria experiência histórica? Experiência que, justamente, serve como base para alicerçar nossa crítica social.

O verdadeiro desafio está embutido nessas questões.

A minha visão é que a população negra das Américas e do Caribe pode, e deve, investir em todos os âmbitos da sociedade como *protagonista* no sentido mais amplo da palavra, sobretudo no sentido político. Político no seu sentido original de polis, ou seja, a *cidade*, no senso de governo, de administração do bem público e de condução dos interesses gerais da sociedade. O poder político é justamente isso, em nível local, estadual ou federal: o gerenciamento do bem público e dos interesses gerais da sociedade. É nesse o lugar, acredito, que deve se encaixar nossos projetos de universidade: um lugar que conjugue os interesses dos diferentes segmentos da nação com os interesses próprios de seu Estado.

O fato das experiências educacionais atuais no Brasil terem surgido de ações de militâncias pode, efetivamente, conduzir seus membros a não querer expandir seu escopo de abrangência social. Na minha avaliação, isso seria um erro, pois, talvez, mais do que qualquer outra instituição, experiências como a do Instituto Steve Biko estão bem posicionadas politicamente para dar um passo no sentido da convergência entre os interesses da Comunidade Negra brasileira e os interesses da Nação brasileira como um todo. Essa possibilidade existe, pois há, pela primeira vez, um Estado que dialoga com a sociedade civil. Isso deve ser aproveitado ao máximo, pois amanhã pode não ser bem assim.

Até agora, o Movimento Social Negro deste hemisfério tem sido um movimento de protesto, articulado em torno a reclamações e demandas cuja satisfação foi percebida em termos de inclusão. Essas demandas partem do mais evidente: os negros e os indígenas-americanos são os grandes excluídos da sociedade, portanto a inclusão é o mais urgente. As demandas de inclusão são, por definição, necessariamente reformistas; elas visam a reestruturar, não a destruir o que existe. Inclui-se no contexto existente; o reformismo promove isso. Muda-se para o que se quer e que não está no contexto imperante; isso já não é mais inclusão, mais criação de algo novo. Ou seja, mudança para algo que surge de

um sonho e que não se vê refletido na práxis social cotidiana. Alguns chamariam isso de mudança de caráter revolucionário.

A nova Universidade alternativa que podemos fundar apontará para uma instituição marcada na tradição de protesto e, conseqüentemente, na perspectiva reformista, ou haverá de ser uma instituição voltada para a mudança radical da sociedade?

Se a instituição que se pretende fundar não é uma instituição de protesto que visa reformar sociedade, mas revolucioná-la, então esse projeto deverá enraizar-se na realidade concreta da sociedade que se pretende revolucionar. Ora, essa sociedade é, e não vai deixar de ser, uma sociedade pluriracial, multicultural e pluriétnica. Essa configuração não tem nada a ver com o famoso mito da mestiçagem, senão com a realidade incontornável de que as nossas sociedades são *plurais*, por força de todos os fatos históricos que fartamente conhecemos. O problema central é, precisamente, que estão atualmente sob o comando de um só grupo que se erigiu monoliticamente e hegemonicamente em referência universal, quando na realidade esse grupo não é mais do que o representante que polícia os interesses de uma ínfima minoria social e de uma minoria étnico-racial. A partir dessa posição de confisco total do poder, essa minoria social e étnico-racial organizou, desde o século passado, a exclusão de todos os outros grupos que constituem o corpo social, principalmente os indígena-americanos e os negros.

O que procuro sublinhar é que uma instituição revolucionária, não de protesto, deve criar estruturas que proponham uma mudança profunda, radical, no pacto social estabelecido entre os grupos que compõem a sociedade. Todo pacto social se constrói e repousa sobre quatro questões básicas e incontornáveis: como irão se governar esses grupos que compõem a sociedade – governabilidade; como irão se repartir equitativamente os recursos nacionais para que cada grupo cresça de forma igualitária – repartição social ; como garantir aos membros de cada grupo o acesso igual a todos os instrumentos de bem-estar social e de lazer (saúde, formação profissional, educação, artes, esportes...); e, finalmente, como garantir a segurança e integridade física (administração da justiça) de cada grupo, salvaguardar os interesses específicos inerentes a ele e fazer respeitar as características específicas que o distinguem dos outros grupos da nação

Iniciativas como o Instituto Cultural Steve Biko têm, *potencialmente*, capacidade cultural para conceber outro modelo de instituição de ensino superior, radicalmente diferente das que existem hoje. O grande desafio seria erigir uma instituição de porte

nacional e internacional capaz de trazer para o povo brasileiro aqueles conhecimentos, aquele saber, aqueles saberes, *aquela tecnologia social, cultural e política* que possa acompanhar as mudanças do Brasil no sentido da edificação de uma sociedade multirracial democrática, verdadeiramente inclusiva de todos. Uma sociedade onde a democracia racial não seja mais uma mito-ideologia mistificadora destinada a acobertar as injustiças, mas uma realidade fincada em uma práxis social inteligente, bem pensada e constantemente reatualizada pelos fatos da vida real das pessoas, pelos seus sonhos e pelas realidades que constantemente surgem do ambiente com o qual interagem.

Como edificar semelhante instituição de ensino superior?

Não esqueçamos que foi também em nome dos interesses superiores da Comunidade que nasceram, nas últimas décadas, consistentes experiências de ensino, preocupadas com o dramático desajuste social da população negra brasileira, o que justifica sua atuação social, educacional e política como sendo da Comunidade. Portanto não se trata somente do desafio de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos dentro dessas instituições. Trata-se, primeiro, do desafio de um grupo de indivíduos que, pretendendo servir de referência para toda a Comunidade, convidam esta a esposar seu projeto de ensino superior na sua elaboração e no desafio de implementá-lo como seu próprio desafio.

Visto a partir dessa perspectiva, o desafio de constituir uma Universidade Alternativa, pluralista, com foco pluriétnico e interdisciplinar, passa a ser, efetivamente, um projeto de toda a Comunidade, voltada para as ações docentes facilitadoras de toda ordem que possa facilitar a emergência de uma nova nação brasileira no século XXI.

Ora, essa Universidade radicalmente distinta, radicalmente Nova, como aquela para a qual nos convida o Instituto Cultural Steve Biko, não poderá ser dirigida da maneira que são dirigidas atualmente a maioria das instituições militantes negras deste hemisfério. Essa instituição requer uma nova estrutura para a tomada de decisões, e também instituir novas práticas de funcionamento, nas quais o que se levará em conta não será o ego dos indivíduos, o interesse pessoal destes, nem seu interesse de família, de clã, de tribo ou círculo de amizades íntimas, mas os interesses supremos da comunidade e da nação.

Para que seja viável, a fórmula de uma universidade privada voltada para o serviço público requer uma reflexão cuidadosa, pois haverá que *institucionalizar um mecanismo que garanta que esse público que se pretende servir tenha uma voz participativa nos*



*assuntos dessa instituição.* Trata-se de uma participação efetiva, e não simbólica, particularmente no que concerne sua capacidade para monitorar as contas, as práticas de recrutamento e de remuneração de salários, o exame da grade curricular e a maneira como a instituição aplica a própria filosofia anunciada como sendo seu propósito.

Haverá que se inventar uma forma específica de monitoramento pela comunidade sobre uma instituição que, na verdade, pode perfeitamente rejeitar qualquer monitoramento externo pelo simples fato de ser privada. Por isso, seus fundadores devem tomar a iniciativa de buscar o aval da comunidade, passo que explicitará seu anseio de determinar uma parceria entre a Comunidade e esta nova universidade, para o bem público, seja da Comunidade ou da Nação.

Vislumbro perfeitamente a criação de um órgão de monitoramento externo à nova universidade, integrada por eminentes representantes da sociedade civil, não apenas da Comunidade específica local, mas também de membros da Comunidade nacional, pois este projeto deve objetivar uma relevância *nacional*. Portanto, uma das primeiras medidas que devem *acompanhar* as atividades de constituição da nova universidade que sonhamos, verdadeira e não demagogicamente “nova”, deve ser a constituição imediata de um órgão superior consultivo integrado por eminentes membros da sociedade civil reconhecidamente anti-racistas e solidários dos empenhos em prol da justiça social neste país. Esse órgão consultivo é a melhor garantia que terá a comunidade de estabelecer uma supervisão sobre o projeto que se faça em nome dela, mas que surge no âmbito do setor privado e, portanto, de interesses que são também privados.

O monitoramento desses projetos se faz necessário apesar de seus iniciadores serem escrupulosos militantes, reconhecidamente honestos e apresentando a maior confiabilidade enquanto integridade moral e política. Não podemos deixar de tomar em conta que o ser humano, seja da cultura, civilização, religião ou da cor que for, é uma mistura complexa de altruísmo, ego pessoal, valentia, narcisismo, honestidade, egoísmo, sociabilidade e ambição. E são essas as características que, em última instância, fundamentam o desvio moral de instituições que, baseadas inicialmente em objetivos e propósitos nobres, transformam-se em antros de proliferação das piores práticas, que nada tem a ver com o bem comum. Porque não é verdade que, pelo fato de termos sido almejados pelas piores formas de opressão, roubo, vandalismo e de sujeição, como povo, como comunidade ou como indivíduos estejamos imunes ou isentos das práticas mais imorais.

Pensar que militante não rouba é mentira. Dizer que militante negro não pode maltratar sua mulher, ou seus filhos, é contrário à verdade. Pretender que militante negro não pode ser mentiroso, perverso ou hipócrita, é mentira. Dizer que assunto de corrupção é só “coisas deles”. Negar que somos capazes de fazer tudo o que o outro fez e faz e que reprovamos com tanto desgosto, é querer tapar o sol com o dedo. Um velho provérbio chinês diz que “Quando o dedo aponta para o sol, somente o idiota se fixa no dedo”. Só um idiota pode acreditar que ser Negro equivale a ser bom. Isso, claro, releva uma visão explicitamente racista – a idéia que para ser respeitado, o Negro deve ser, sempre, um "Negro Bom" ou um "Bom Negro". Pois, ser Negro implica, sobretudo, em ser um ser humano, com todas as fraquezas e grandezas possíveis, mas que as condições específicas do racismo transformaram em um "Ser Negro". Hoje, invocamos a negritude, mas unicamente para combater e destruir o racismo; não para mitificar o Negro como tal, nem atribuir-lhe características intrínsecas e perenes que só ele possuiria.

### **O peso do passado**

Fingir ignorância de que a maioria das organizações negras deste hemisfério, a exceção dos Estados Unidos, corresponde à extensão da família consangüínea de seus ativistas, é não querer enxergar um dos aspectos perniciosos das culturas negras americanas. Negar que isso corresponde ao caso de todos os países da diáspora, e, inclusive, de todos os países da África, é desconhecer as realidades e hábitos culturais de nossas próprias civilizações. Porque uma boa parte dos golpes de Estado e guerras civis que acontecem periodicamente nos países africanos, do Caribe e do Pacífico sul, provêm dos conflitos derivados do nepotismo e do favoritismo dos consangüíneos próximos, em prejuízo das famílias dos que ficam de fora.

Na realidade, esses conflitos podem até ser compreendidos ao considerarmos que, para quem exerce o poder, incorporar em sua equipe, imediatamente, seu grupo familiar ou pessoas de seu próprio meio, haverá, conseqüentemente, a destituição ou apagamento dos demais. O exercício do poder sobre uma instituição, associação ou o próprio Estado, incorporando, preferencial e exclusivamente, os membros de sua família, de seu clã, de sua tribo, dos parentes destes e, afinal, de seus próprios sócios políticos e amigos íntimos torna compreensível que os outros auto questionem: “olha, onde está o lugar para colocara a

minha irmã, a minha prima e os meus sócios políticos. Muito bem, se não há lugar para os meus, então não haverá lugar para ninguém?” Começam daí os complôs, as intrigas, e, finalmente, evoluem para as revoltas que levam à destruição de qualquer projeto, e a emergência de correntes de cisão, de divisão, de confusão e de caos. Assim termina a experiência que se pretendeu duradoura e voltada para a comunidade.

Na África diaspórica, a desestruturação social que se operou no ventre do sistema de escravidão levou à desarticulação especificamente das estruturas concêntricas que vinculavam de maneira hierárquica e horizontal: a família extensa, o clã, a tribo e o Estado. O esmagamento pela escravidão americana dessa velha pirâmide social africana (família/clã/tribo/Estado) causou a desintegração do sentido de pertencimento tribal, clânico e, afinal, a desintegração da própria família policonjugal e matricêntrica.

Nas Américas, a família policonjugal matricêntrica sumiu; o clã sumiu; a tribo sumiu; o Estado sumiu também. Até a memória desses Estados, dessas tribos, desses clãs e dessas famílias se foram. Na ausência do clã, da tribo e do Estado, a base da sociedade voltou a ser concebida em termos de consangüinidade imediata e de lugar privilegiado para os processos de reciprocidade de dom, contra-dom e aliança. Desse modo, ao longo dos séculos, e com muita dificuldade, uma nova célula básica da família se recompôs. Essa célula continua a constituir a base estrutural das comunidades afro-descendentes diaspóricas.

A extensa marginalização que se operou nas populações afro-descendentes após a abolição aprofundou sua desvinculação do Estado. O fato de o Estado estar fora do alcance dos ex-escravos, tornou a comunidade negra desinteressada por completo de sua condução. Consequentemente, as populações afro-descendentes desinteressaram-se das gestões macrosocial, macroeconômica e macropolítica. Aceitaram deixar estas demandas nas mãos dos outros; aqueles que “roubam, mas fazem”. Esta aceitação se transformou em “resistência passiva” a qualquer iniciativa de suscitar lideranças emergidas da Comunidade e com vocação de exercer o macropoder. Tal é a alienação das populações negras diaspóricas com relação ao exercício do poder, que tais pretensões são vistas com desdém.

O resultado final de tudo isto é que, de maneira geral, se constitui no seio das sociedades afro-diaspóricas uma inoperância política que a enfraquece continuamente e que contribui para sua marginalização crescente, apesar das incessantes lutas. Isso obedece ao fato de que essas comunidades têm grandes receios de confiar responsabilidades

macrosociais e macropolíticas aos seus militantes políticos. Preferem entregar as macrofunções sociopolíticas e econômicas àqueles que julgam mais aptos a desempenhar funções de interesses mais amplos que os garantidos pela família. Em todo o continente americano – com a notável exceção de EUA – o ditado é que “negro não vota em negro; negro não elege negro”.

Acontece essa esdrúxula situação: uma comunidade que pode se mobilizar em torno de ações de protesto se mostra indiferente nos momentos de eleger seus representantes para macrofunções políticas, econômicas e sociais. Repito: preferem colocar essa responsabilidade nas mãos dos que “roubam, sim, mas fazem”. O “fazer” é o que conta, pouco importando se os candidatos de fora da comunidade nos quais se investe tal confiança também são patrimonialistas e usam a instância política para armar verdadeiras redes de poder consangüíneo.

### **O duplo patrimonialismo**

Aceitar as instituições políticas como empreendimentos familiares é preparar o fracasso. Essa opção é incompatível com a transparência, a participação entusiasta de todos, a identificação de todos com os objetivos diretores e a maximização da eficácia produtiva. Ora, vivemos sob o império de um duplo patrimonialismo, um herdado da África e o outro provindo da Península Ibérica, de origem espanhola e portuguesa. Estes países o herdaram, por sua vez, do Oriente Médio árabe que os conquistou durante oito séculos. É pela intermediação ibérica que esse “patrimonialismo beduíno” chegou até nós.

A distinção entre os elementos que estabelecem uma linha de demarcação entre o privado e o público é obrigatória para alicerçar nossa reflexão. A família releva do privado, enquanto o Estado, por definição, representa a dimensão pública. Ele é o lugar onde convergem os interesses segmentares da nação e onde são conciliadas as diversas, e divergentes, visões que emanam dos diferentes componentes da sociedade. Desse modo, o Estado é a representação física do Pacto Social (o entendimento formalizado da convivência simbolizado na Constituição). Nele são subsumidos todos os ingredientes da nacionalidade. Porém, um Estado que não representa senão os interesses de um o de alguns segmentos da sociedade, em detrimento dos outros, é um Estado historicamente inviável.

O domínio público é o lugar da coisa política, da *polis*, no sentido que somente aí se encontram as convergências constitutivas da sociedade, aquela que forma a base de um Pacto Social. A família não é um lugar público; é um lugar privado constituído por alianças exclusivas e reflexos de autodefesa ditados por complexas realidades de natureza osmótica e fusional.

A família é uma estrutura poderosa, assentada em laços emotivos dos mais passionais, dos mais exclusivos, e que obedece a uma lógica hierárquica baseada no comando e na obediência. Pais ordenam, filhos e filhas acatam; pais decidem, filhos e filhas obedecem; pais dirigem, filhos e filhas seguem suas diretivas. Assim é a família no mundo inteiro: uma estrutura de interesses privados, exclusivos, passionais, fusionais e osmóticos. Por isso, pais não denunciam os filhos e filhas, mesmo quando sabem que roubaram; pais não entregam filhos e filhas à polícia, mesmo quando sabem pertinentemente que suas proles cometeram o crime hediondo.

Digo, simplesmente, que a família é algo maravilhosa, onde nos refugiamos para ser quem realmente somos, para baixar a guarda, para ser frágeis; o único lugar onde nos sentimos protegidos contra todo Mal, onde somos *automaticamente* amados, *automaticamente* respeitados e *automaticamente* admirados. Mas, esse maravilhoso lugar, esse paraíso sobre a terra - por sua própria natureza de lugar onde se concentram as cumplicidades automáticas - não pode sustentar um projeto político além daquele que reflete interesses de caráter pessoal. Família quer dizer cumplicidade, acobertação e composição; o lugar sagrado, o refugio último, de onde não virá a “traição” nem a delação. Desse modo, vivemos sob a ameaça constante do “sociolismo”, do “amiguismo” e do “familismo”, todos os quais são caldos de cultivo do favoritismo, do nepotismo e dos demais “ismos” ligados à concussão, a corrupção e ao flagrante abuso do poder.

Ainda não nos conscientizamos de que a normalidade familiar do favorecimento a um pai ou a uma mãe, de um irmão ou de uma irmã, de um tio ou de um primo, quando levado à vida pública, torna-se anormal! Anormal porque, na vida pública, deve reinar soberana a preocupação do Bem-Comum. É desse equívoco que emana o nepotismo.

Cada vez que se tentar aproximar o projeto político e a estrutura familiar, resultará num impasse. A família não pode, de modo algum, sustentar um projeto político que concerne à Comunidade como um todo – a *polis*. O caráter físsil das estruturas sobre as quais erigimos os nossos movimentos, tanto na África como nas diásporas africanas, se

deve, em grande medida, ao fato de ainda não reconhecermos essas realidades. O chamado tribalismo que assola o continente africano, e que se repercute nas nações de predominância africana no Caribe, é um fenômeno complexo que traduz o impacto perverso e disruptivo da extensão das estruturas de família para o espaço público, para o Estado.

O caminho que conduz ao poder macropolítico e macroeconômico não passa pelas vias estreitas e acrílicas da família consangüínea. O político é definido em relação à cidade – a *polis* – e não em relação à família. A família é um lugar específico de relações exclusivas, puramente fusionais e simbólicas que fogem ao controle do corpo social. A família é um Pacto constituído fora do Pacto Social, e em desobediência a ele; um Pacto de fidelidade exclusiva; uma pacto entre si, um pacto de um contra todos os demais.

A política do Haiti, país de 10 milhões de habitantes, onde existem aproximadamente cem partidos políticos - cada um dirigido por um líder carismático cercado do resto de sua família, parentes e sócios - é um bom exemplo. O mesmo espírito domina as instituições pretensamente políticas em países como Jamaica, o Congo, a Guiné Bissau, a Papua Nova-Guiné, o Fidji, o Senegal, as Bahamas ou a Nigéria, somente para mencionar alguns. A própria Cuba, que sempre pretende dar lições de moral e de ética socialista ao resto do mundo, é conduzida, desde 1959, por uma dinastia monárquica familiar branca, com o apoio de uma direção executiva, também branca, que se assemelha a um sindicato de parentes e sócios políticos. Inclusive, os Cubanos dizem: “Começamos construindo o Socialismo, mas acabamos tendo o *sociolismo*”!

E isso deu o que tinha que dar em Cuba: a ditadura, o pensamento único, a autocomplacência, uma enorme e ineficiente burocracia, a corrupção massiva, e, como resultado, a apatia de uma população que tendeu a se retirar cada vez mais para dentro de si. E, assim, apagou-se o extraordinário dinamismo social que se tinha levantado como consequência da chegada ao poder da *família* Castro, juntamente com seus sócios e amigos e suas respectivas famílias. Em breve, testemunharemos um fato extraordinário: praticamente tudo o que a *família* Castro erigiu, para se sustentar no poder, será varrido imediatamente após a morte do patriarca.

A própria empresa moderna não pode funcionar como empresa familiar além de certo porte. Há um momento em que o seu crescimento implica e é condicionado pela sua

capacidade de ultrapassar a rede familiar. Ninguém trabalha 18 horas por dia para enriquecer uma família que não seja a sua própria; isso é perfeitamente lógico e sensato.

A família não poderá, jamais, constituir a base de um poder político para onde convirjam, duravelmente, os interesses dos diferentes componentes da sociedade. Ela nunca poderá constituir a base para a organização de estruturas de conhecimentos amplos, fundamentados no livre exercício do raciocínio crítico objetivo e científico. Tarde ou cedo, a dinâmica própria a uma instituição aberta, deverá entrar em conflito irreduzível com a dinâmica de interesses exclusivos que são as das estruturas baseadas nos laços consangüíneos e nas redes de amizades que surgem espontaneamente com a militância política.

Não se chega à extensão do saber, ao aprofundamento dos saberes, pela porta dos interesses de família e das estruturas dominadas de maneira consangüínea ou pelas redes de amizades militantes. É por isso que acredito, sim, que projetos apresentados por instituições surgidas da experiência de militância política no campo educacional, como o do Instituto Cultural Steve Biko, precisam do monitoramento da comunidade através de um órgão superior autônomo, independente e totalmente desligado de qualquer atividade interna da instituição proposta.

### **A reificação do direito à alteridade**

Não podemos, por outro lado, tolerar a idéia, nem a possibilidade, de que a nova instituição seja um lugar onde as experiências dos Outros componentes da sociedade sejam subestimadas, desprezadas ou ignoradas. Nem a idéia de que o Outro racial, étnico, de gênero, ou de orientação sexual, sinta-se humilhado ou prejudicado por causa de sua alteridade nessa instituição que se pretende nova.

Não pode haver nenhum espaço de exclusão ou de desrespeito do Outro na execução de um projeto que parte da premissa que deve, precisamente, combater o medo do Outro. Uma instituição que nasce para combater o racismo, a xenofobia, o sexismo, a homofobia, a lesbofobia, o anti-semitismo e todas as formas correlatas de intolerância e de ódio para com o Outro dissimilar. Quem pode negar que, nas nossas comunidades, existem formas distintas dessas reações fóbicas para com certas formas da alteridade? São

reações oriundas dos preconceitos existentes na própria África pré-colonial ou importados da Europa e do Oriente Médio para o Brasil?

Todos os componentes da sociedade deverão se sentir absolutamente à vontade em uma instituição que surge, precisamente, para reificar o direito à diferença e robustecer a idéia de que a mesmice leva à morte das sociedades e que só o jogo das diferenças estimula o crescimento e a criatividade.

*Devemos praticar o que predicamos e tomar medidas draconianas para impedir que nos convertamos na replica de tudo aquilo que, hoje, criticamos.*

Por que digo isso?

Será por falta de confiança, individualmente, na integridade das pessoas específicas incumbidas da missão de levar para adiante tais projetos? Ou porque meu entendimento das realidades sociais, culturais, políticas e históricas do mundo negro me levam a desconfiar de todo projeto (seja político, social ou cultural) que não esteja acompanhado por um mecanismo independente de fiscalização que garantisse a sua a transparência total e permanente?

A espontaneidade e a confiança estritamente pessoal devem estar vinculadas ao controle social. A confiança não exclui a verificação e o monitoramento. Pelo contrário, a confiança se sustenta somente na presença do controle e do monitoramento, únicas garantias para a transparência nas sociedades modernas. Do contrário, elas caem inevitavelmente nas piores das práticas de concussão, acobertamento do desvio do bem público ou privado, do abuso do poder, do nepotismo e das práticas mais envilecedoras da corrupção.

Quanto maior o controle e a supervisão da Comunidade sobre suas novas instituições, mesmo as oriundas do campo do privado, mais se ampliam as bases do exercício da democracia e do “fair-play”, e mais possibilidades existirão de que essas instituições se comportem de forma a instaurar e reforçar uma ordem social baseada na equidade e no respeito dos interesses da Comunidade.

### **Para além das instituições de protesto: que tipo de Universidade convém?**

Enormes dificuldades são encontradas na busca de implementação das quotas comandadas pelo Estado nas universidades públicas do Brasil. Isso também determina uma



crescente expectativa de criação de entidades negras de ensino superior que se apresentem como lugares de aprendizado onde os estudantes se sintam a vontade, onde não sejam hostilizados e odiados. Compreendo perfeitamente essa posição.

Queremos, sim, essa *Nova Universidade* surgida da experiência singular dos marginalizados, dos excluídos, dos humilhados e dos vencidos, pois eles são portadores, por via de sua experiência, de novos valores que são capazes de se converter nos valores de todos. Sim, uma universidade que não tenha medo do negro, do indígena, da mulher, do homossexual, enfim, do diferente. Porém essa universidade deve considerar que todos esses segmentos diferenciados são portadores de riquezas vivenciais capazes de nutrir o corpo social, como um todo, e particularmente aquelas instituições que a sociedade incumbe do dever de ensino do saber e dos saberes democráticos e científicos.

Uma Universidade alternativa, disseminadora do saber e dos saberes, surgida na realidade social tal qual ela se deu em nossos países – conquista, colonização e escravidão – e não tal qual ela foi ressignificada através do prisma raciológico fundante do mito da “democracia racial”.

Para nossas nações sobreviverem como unidades nacionais no século XXI, a renovação do Pacto Social é urgente. O racismo está rompendo o tecido social unitário, que já era frágil em si, pois foi elaborado sobre a base da opressão. Não são as demandas sociais crescentes dos grupos oprimidos que estão colocando em perigo a unidade nacional ou criando divisões perigosas, mas os racistas, que racharam esta sociedade e, desde o início, quando erigiram uma nação sobre os postulados raciológicos negadores da dignidade intrínseca dos grupos africanos e indígenas que a compõem. E o racismo que introduz divisões perigosas.

Como renovar o Pacto Social, então? Como transformar uma sociedade multirracial, multiétnica e multicultural o sentido do progresso, ou seja, da ampliação da democracia, da justiça em todos os sentidos e na consecução de um sistema operativo de repartição eqüitativa dos recursos nacionais? Para mudar uma sociedade, há que mudar as mentalidades, e preparar um povo inteiro, e não uma parte dele somente, para essa mudança. Julgo ser essa a missão ampla que as instituições que planejam a criação de universidades que atendam as demandas dos afro-descendentes devem enfrentar. Uma missão de natureza Política, om “P” maiúsculo, porque transcende até nossos próprios gostos e desgostos para considerar a *polis*.

A Comunidade Negra nunca chegara a desenvolver uma vocação de poder com grande “P”, ou seja, o poder de dirigir a nação brasileira juntamente com os outros, até que possa, igualmente, migrar da posição de protesto para a de elaboração de uma nova proposta social, susceptível de reconfigurar o Pacto Social. Essa é, ao meu modo de ver, uma das maiores responsabilidades de uma Universidade alternativa. De outro modo, ela cairia na mesma categoria das demais.

Creio que instituições de ensino superior de um tipo novo, enraizadas nesses propósitos nobres, podem, sim, existir, crescer e se proliferar até abarcar toda a sociedade. Acredito nessa proposta, mas acredito também que ela só dará resultados de inclusão transversal mediante a prática da multiracialidade, da multietnicidade e da multiculturalidade, estabelecidas como base essencial na construção de um novo modelo de relações sociais. Esse modelo, para o qual o Movimento Social Negro tem contribuído efetivamente, conjugado com o princípio de controle coletivo, a bússola da sociedade, pode implantar a diversidade socioracial em todos os âmbitos e sentidos, fundada na repartição equitativa dos recursos da sociedade, para nossos países, frutos de um holocausto racial sem paralelo na história.

Estou convicto que é por esse caminho que o projeto do Instituto Steve Biko, e seus similares, deve enveredar, para se inserir e influir sobre as mudanças decisivas em curso e as que ainda virão, não somente no que diz respeito ao Brasil, à sociedade brasileira, mas, também, no mundo emergente do século XXI. Não devemos nunca nos esquecer do fato que, apesar de vivermos, por enquanto, praticamente isolados das realidades do mundo exterior ao Brasil, são estas que conformarão muitas das realidades com as quais conviveremos no futuro.

As iniciativas que já encaram o problema da educação crítica dos afro-descendentes, precisamente por causa da experiência singular que acumularam na implementação de programas de resgate da auto-estima e de formação profissional da comunidade negra brasileira, têm vocação para se transformarem em instituições de ensino superior. Tais instituições devem estabelecer como objetivo último o forjamento das futuras gerações de homens e mulheres anti-racistas e democráticas, oriundos de todas as categorias, etnias, segmentos, raças, culturas e gêneros que compõem esta sociedade. Gerações preparadas para o exercício do poder em todos os níveis da sociedade, desde a

Prefeitura até o Planalto; um poder verdadeiramente inclusivo que possa, por fim, construir uma verdadeira Democracia Socioracial.

A Universidade concebida a partir deste objetivo não pode fundar-se na prática de protesto, mas sim de consciência e de mudança. Uma instituição de ensino superior que eduque as pessoas para pensar a comunidade e mudá-la. Deverá, portanto, ser uma Universidade que sirva de laboratório para o aprendizado da convivência com todas as diversidades expressas nos diferentes componentes nacionais, para alavancar este país ao ranking de grande potência moral, política e econômica no mundo contemporâneo.

Acredito que, em projetos universitários engendrados por iniciativas como a do Instituto Cultural Steve Biko, reside uma oportunidade ímpar de se erguer referências educacionais para toda a nação, e com toda a nação, mas que seja em uma direção totalmente nova, sustentada por uma visão revolucionária e progressista, no sentido político do século XXI, das relações sociais, inter-raciais, interétnicas, interculturais e intergênero do século XXI. Afinal, transformar o Brasil no sentido dessas realidades futuras, precisamente, é o papel de uma verdadeira Universidade, que pense, promova e implemente estudos e investigações que permitam vislumbrar tanto o possível Futuro como o Futuro que é possível.

É o papel de uma verdadeira Universidade garantir o triunfo do ideário baseado na busca da justiça social para todos e todas, a democracia integral para todos e todas, e os valores de solidariedade cooperativa entre todos e todas, especialmente numa sociedade, irrevogavelmente, multirracial, multiétnica e multicultural como o são *todas* as sociedades do mundo contemporâneo.

Os nossos estudantes precisam, e muito, se confrontar permanentemente com a diversidade racial, étnica e cultural, e com a competitividade dos outros grupos que compõem a sociedade. O importante é que o terreno onde se exerça essa competitividade seja verdadeiramente conducente à liberação de todas as energias produtivas da nossa juventude. Um estudantado multiétnico, multicultural e multirracial e um currículo pluridisciplinar e multifacetado é o que precisamos garantir numa instituição de ensino superior para a excelência, estimulando a eclosão de novos valores capazes de sustentar o movimento de mudanças positivas que a luta do movimento negro tem tanto contribuído a instalar neste país.

Se o Instituto Steve Biko e os demais pretendentes a erigir uma nova experiência universitária no Brasil se orientarem nesse sentido, estarão, realmente, assentando as bases para algo diferente no ensino superior. Uma Universidade Nova, verdadeiramente; e não demagogicamente “nova”.

## **Uma Universidade de estudos alternativos para acompanhar as mudanças do Século XXI**

O Brasil está mudando, sim, e saber acompanhar essa mudança positivamente é o grande desafio que se apresenta aos indivíduos generosos e às comunidades que constituem o corpo desta nação. Em lugar de entorpecê-la, impulsioná-la ainda mais ao futuro, avançá-la no Século XXI. O sentido das aspirações das pessoas de espírito democrático, inspiradas na possibilidade de convivência harmônica multirracial, deve ser orientado para o futuro, e não retroagido para o Século XIX, embora este seja o desejo de muitas pessoas aterrorizadas com as conseqüências dessa mudança brasileira.

A Lei que, pela primeira vez neste hemisfério, estigmatiza o racismo como crime inafiançável, mesmo se vendo obstaculizada em sua aplicação, e inoperacionalizada pelas forças conservadoras que atuam no judiciário e na polícia, afirma que algo está mudando no Brasil.

A Lei que institui como obrigatório o ensino da história do segmento da população brasileira que constitui mais da metade da sua população (Lei 10.639/03), que também obriga o ensino da história, culturas e civilizações do continente de onde proveio essa parte do povo brasileiro, apesar de parcial, titubeante e ainda não consolidada, é também um indício da existência desse *momento* de mudança do Brasil.

As disposições que instituem as quotas socioraciais nas universidades, mesmo encontrando entraves onde quer que se constitua, mesmo chocando-se às hostilidades dos segmentos conservadores, assustam por serem algo que, enfim, toca em homens e mulheres que se mostram hostis a qualquer mudança que possa significar, mesmo a longo prazo, a limitação de seu acesso monopolístico aos recursos da nação. Isso é, de qualquer modo, com todas as imperfeições, um signo claro, patente, eloqüente de que *o Brasil está mudando*.

Mudando sob o impulso das ações sociais e políticas de muitos atores da sociedade civil. Destacadamente, sob as investidas do mais novo ator que chega à visibilidade, embora sempre tenha atuado para mudar esta sociedade: o movimento social da comunidade afrodescendente do Brasil. Esse é um bom momento para reconhecimento público desses indivíduos pioneiros que, com uma incrível persistência, ao longo de muitos anos de dedicação à questão social, têm contribuído para converter um sonho, a implantação das políticas públicas de ações afirmativas, em uma realidade para nossos filhos, para os filhos de nossos filhos e para a nação<sup>4</sup>.

Não obstante, seria omitir a verdade se não admitíssemos que a comunidade específica da qual formamos parte, a comunidade cultural e política afro-brasileira, que é parte da civilização Afro-americana que se constrói nesta parte do mundo desde há quinhentos anos..., não sentisse medo, também, perante as mudanças em curso. A nossa comunidade também sente medo; um medo normal inspirado, de uma parte, naquele sentimento que surge diante do desconhecido; de outra, um medo não natural, inspirado pela crença patológica em nossa incapacidade de sermos empreendedores exitosos, atrevidos pioneiros, sonhadores práticos, enfim, gente inteligente que sabe construir grandes desafios, e se erguer a alturas insuspeitáveis para resolvê-los.

A comunidade à qual pertencemos tem medo, sim, do que é novo, porque teme o fracasso; esse fracasso que iria legitimar o que sempre foi dito de nós: a saber, que somos um povo constituído de incapazes, de vencidos, de mansos e dóceis escravos que não prestam para nada mais do que servir os interesses que, imbuídos pela natureza de uma legítima superioridade racial, comandam a sociedade e o mundo. É por isso que devemos aceitar este novo desafio, juntos – não como indivíduos somente – e saber confrontar o medo patológico que nos inculcaram em séculos e séculos de existência sob o comando dos outros; séculos e séculos onde as nossas iniciativas criadoras tiveram que ser contidas dentro dos limites permitidos pela sociedade dominante.

Chegou a hora da “prova do fogo”, quando teremos que verter, no âmbito científico e educacional, toda a criatividade excepcional que temos demonstrado, não somente aqui

---

<sup>4</sup> Somente da Bahia, a lista já é longa: Ivete Alves Sacramento, Ana Célia da Silva, Luiz Alberto dos Santos, Olívia Santana, Jose Carlos Limeira, Raimundo Bujão, Antonio Carlos Vovô, João Jorge Santos Rodrigues, Mãe Estela de Oxossi, Silvio Humberto dos Passos Cunha, Samuel Vida, Gilberto Leal, Jaime Sodré, e tanto outros. Em todo o Brasil, seriam milhares os nomes que haveria que citar daqueles corajosos militantes negros que, isolados, ameaçados, estigmatizados, e cercados, lograram não obstante abrir uma brecha no alto e espesso muro de contenção racial que foi erigido em torno da nossa comunidade desde o dia 14 de maio de 1888. Os nomes de Lelia Gonzáles, Milton Santos, Abdias do Nascimento, Sueli Carneiro, Luiza Bairros, estarão, para sempre, inscritos na história.

nesta terra, mas em todos os cantos do planeta, no campo do esporte, da música e da dança – aqueles espaços que nos foram permitidos. Hoje, somos nos mesmos que nos permitimos liberar as nossas inteligências num espaço novo de atuação – a formação científica, a criação e divulgação de um saber, e de saberes, sem os quais uma nação que aspira a desempenhar um papel importante na condução dos assuntos do planeta, não poderia erguer-se e cumprir essa missão.

Mais do que nunca, neste século perigoso no qual o planeta esta sob o da arrogância militar e hegemônica de um punhado de membros da comunidade mundial, é necessário que o Brasil, país multirracial e multicultural , possa intervir positivamente nos assuntos do mundo, e dar voz a novas propostas para por fim as injustiças sociais, as opressões políticas, as discriminações diversas, e os desequilíbrios de todo tipo que, em fim de contas, são sempre as causas das guerras, tanto civis quanto internacionais.

O desafio de criar uma Nova Universidade é, portanto, uma meta de toda uma comunidade, além da comunidade de Salvador, da Bahia e do nordeste do Brasil. É uma meta além da própria comunidade negra do Brasil. Ela é uma meta de toda uma nação que emerge, a nova nação brasileira, que se busca, se auto-redefine e se reorienta. É por isso que, em muitos, pode causar medo esse movimento do Brasil emergente.

Mas nós não devemos ter medo, pois *somos parte desse Brasil emergente!* Estamos inseridos nos músculos, nos ossos, nas vísceras e entranhas das nossas impudicas nações. Estamos aqui neste hemisfério ocidental para ficar! Desse modo, devemos criar visões e instituições que nos preparem para governar esses países nos quais estamos inseridos. São os *nossos* países, as *nossas* nações. Isso significa a obrigação de se pensar a sociedade, *toda a sociedade*, e não tão somente uma parte dela.

Incumbe-nos a obrigação de apresentar para a nação uma nova visão e um novo projeto de coexistência dos componentes diferentes, e das histórias diferentes que configuram a nação. Um projeto democrático destinado ao conjunto social e que garanta oportunidades iguais para cada um de seus componentes. Porque, repito, estamos aqui para ficar. Já chegou a hora de nossos comportamentos políticos, as estruturas das nossas organizações sociais, refletir essa realidade de *permanência e de vocação para o poder*. Qual não seria a melhor demonstração da nossa habilitação para o exercício do poder de transformar as nossas instituições militantes em verdadeiros espaços democráticos e transparentes, baseados na análise crítica, objetiva, da realidade social?

## **O papel da Universidade Alternativa na elaboração de Estudos de Tecnologia da Relação**

O “momento forte” das sociedades africanas se situava no relacional que, por sua vez, é o ponto fraco, o mais fraco, do mundo Ocidental. O Ocidente não concebe a existência do Outro nem concebe a pessoa. Dizia Frantz Fanon que o Ocidente não parava de “falar” do Homem e filosofar sobre ele, no abstrato, enquanto o matava “cada vez que o encontra, em cada esquina que o encontra”. Matar o Outro quando este aparece no concreto, em pele e osso; matar o Outro Real, não mitificado, e, logo, transformá-lo em monstro através de uma demonização calculada, profíqua, que o afaste do usufruto dos recursos da sociedade.

O Ocidente mitifica o Homem em geral (humanismo, universalismo), mas afasta-o na práxis cotidiana quando se trata de Outro tipo de Homem que o homem ocidental. Faz isso porque não sabe lidar com ele, com o Outro; tem um imenso medo dele. As nossas Universidades contemporâneas são o exemplo típico desse medo do Outro. O Homem Real e concreto na sua essência irreduzível lhes inspira o medo. Medo que vira para o Ódio do Outro, e que se organiza em exclusão desse Outro. A rejeição das quotas para garantir a entrada desse Outro nas Universidades é a manifestação mais clara desse medo que vira Ódio.

Esse conflito denota a necessidade de criação de todo um leque de novos estudos baseados na tecnologia do *relacional* e da *alteridade*, contextualizados em termos concretos de acesso aos recursos da sociedade, de empoderamento diferenciado e de reconfiguração do imaginário social. Trata-se de novas disciplinas transversais do saber surgidas dos saberes criados pelas múltiplas interações étnicas, raciais e culturais que temos experimentado em nossas sociedades coloniais.

A *experiência colonial* e a experiência de *escravização racial* nas Américas -- momentos singulares na história da humanidade – criaram uma situação *sui generis*, com patologias singulares, valores e modos diferentes que, hoje, constituem um acervo inexplorado de saberes. Da catástrofe e do holocausto surgiram soluções, valores e saberes. Estes constituem a base para a emergência de uma Tecnologia da Relação.

Nosso desafio é a criação de uma instituição de ensino superior para o fomento de uma *tecnologia social, cultural e política* capaz de nutrir as necessidades práticas surgidas da convivência de uma comunidade nacional multirracial. Um desafio que não está posto somente perante nós mesmos, ma também perante nossa comunidade e perante a nação que pertencemos. Não se trata de uma definição mística ou chauvinista de pertencimento, mas um conceito que releva o modo como temos sido inseridos historicamente nessa nação, através dos implacáveis e complexos processos que foram a conquista e a colonização deste país, e a implantação da escravidão racial que durou por mais de três séculos.

Uma nova tecnologia social, cultural e política é uma necessidade incontornável para o Brasil, se é que o povo brasileiro vai surpreender o mundo, e se erguer acima do Brasil desigual e racista que emergiu do século XIX, para marcar este século XXI com seu próprio cunho democrático, tal como o Haiti marcou o século XIX com o cunho democrático de sua grande Revolução anti-racista, anticolonial e antimperialista em 1804.

Entretanto, onde encontrar essa tecnologia do saber, e dos saberes, voltada para a convivência harmônica no contexto de uma sociedade multirracial e pluricultural. Onde encontrar uma tecnologia social, cultural e política que nos oriente para a contenção eficaz e, eventualmente, o desmantelamento prático das desigualdades socioraciais tanto neste país, como em outros da denominada América “Latina”? Onde encontrar uma tecnologia social, cultural e política que nos permita neutralizar e superar o racismo? Onde encontrar uma tecnologia social, cultural e política que nos possa garantir uma existência plena e profícua, numa sociedade de direito em que todos os segmentos da população possa usufruir equitativamente dos recursos da nação?

Esse tipo de tecnologia, simplesmente, não se encontra em nenhum dos órgãos instituídos com a incumbência, precisamente, de inculcar à população o saber, e os saberes, que possam efetivar o exercício da cidadania plena e o crescimento harmônico, articulado, inteligente, e coletivamente profícuo, de todos os componentes da sociedade. Uma tecnologia das relações que possa garantir o acesso e o usufruto equitativo dos recursos nacionais, ao tempo em que se garante o respeito ao Outro.

Com lamento, confesso que esse tipo de tecnologia não se encontra nas Universidades que hoje freqüentamos em lugar nenhum. As instituições de ensino superior, estabelecidas para esse propósito, têm se demonstrado incapazes nesse aspecto essencial. Mostram-se incapazes também de se transformar, com a seriedade necessária, para serem



sócias críveis do movimento de mudanças em que se vê engajada a sociedade brasileira, especialmente a partir da década de 1980.

Pelo contrário, essas universidades tergiversam, se enredam em seus próprios sofismas e tramas auto-enganadoras, entrincheirando-se cada vez mais atrás do muro de meias-verdades e plenas mentiras que sustentam o edifício de auto-engano que *elas mesmas erigiram* e referendaram (Nina Rodriguez, Gilberto Freyre, et al). Ao longo do tempo, sem pensar que um dia chegariam ao palco da nação os segmentos do povo que demonstrariam, científica e sociologicamente, a falsidade desses mitos construídos por eminentes acadêmicos e ensinados como verdades absolutas pela academia. O maior desses mitos, que perdurou durante um século, e que ainda hoje os acadêmicos retardatários persistem em querer manter de pé, é, claro, o mito segundo o qual os países da chamada América “Latina” seriam sociedades racialmente democráticos, socialmente justos, e culturalmente integrados. Um lugar onde todas as populações que o integram recebem a cota, parte que lhes corresponde dos recursos do país.

Lembremo-nos que esses recursos não são somente o produto dos nossos esforços cotidianos de hoje, mas também, e talvez principalmente, o fruto de tudo aquilo que foi acumulado como riquezas ontem, *sob a escravidão racial dos doze a dezoito milhões de africanos* que, sempre pela força das armas, foram trazidos para as terras americanas (seis milhões unicamente para o Brasil) e mantidos na sujeição por mais de três longos séculos. Atualmente, eminentes acadêmicos tergiversam e fingem ignorar essas realidades - que as universidades efetivamente não privilegiam no seu ensino – para falar de “mérito” e de “espírito republicano” no intuito de barrar, ou obstaculizar, o ingresso de nossos jovens nessas instituições.

Por não ter integrado essas realidades na práxis do ensino do saber acadêmico, e, ao contrário, por tê-las negado e substituído com mitos edificadamente inexatos ou demonstravelmente contrários à verdade, as universidades “latino-americanas” se privaram da possibilidade de constituir verdadeiros pólos de ensino da tecnologia social, cultural e política capaz de acompanhar o movimento atual da sociedade, que os negros e os indígena-americanos começam a agitar por seus direitos diferenciados. Portanto, as instituições de ensino superior nas Américas, e não somente no Brasil, acabaram se tornando, hoje em dia, a maioria dos centros acadêmicos deste continente: redutos intelectuais para a reprodução ou re-elaboração dos conceitos, valores, práticas sociais e

ideário dos grandes centros imperialistas do mundo, encabeçados pela velha Europa racista e pelo novo Estados Unidos, tão racista quanto a Europa.

*Uma Universidade, verdadeiramente Nova, se incumba desse grave assunto que é a convivência conflituosa dos diversos grupos raciais, situados em posições fixas de subalternidade e superioridade, particularmente aqui nas Américas. Uma Universidade verdadeiramente democrática e afincada na objetividade científica como base da pesquisa, se incumbiria prioritariamente, sim, de buscar as soluções que permitam as nossas sociedades a se erguer por acima do racismo.*

O papel de uma verdadeira Universidade nova, e das novas disciplinas que ela proporia, é investigar por que meios as nossas sociedades plurais poderão efetivar uma síntese fecunda de todas as experiências culturais que existem no seu seio; e separar o “bom” de cada um desses componentes, para conservá-lo e usá-lo para o bem comum, mesmo adaptando-o às exigências modernas. Contrariamente, quais mecanismos permitiriam descartar o “mau” de cada um desses componentes da sociedade, para que o corpo social possa crescer, como um todo, sem lesar os interesses básicos, ou desestimar os direitos natos de nenhum dos componentes da sociedade.

Mas que fique bem claro que não estou falando da chamada “diversidade”, que é o novo slogan opaco – como o foi ontem o slogan do “multiculturalismo” – promovido por aqueles que se negam a lidar com a *diferença* e suas conseqüências políticas, econômicas e sociais. Porque assistimos a toda uma operação de diversão, onde se coloca o ênfase na chamada diversidade, para evitar se lidar com a verdadeira questão, a única que causa problema: a *relação* com o Outro dissimilar. Aquele Outro que, no imaginário social, representa a soma total de todas as diferenças julgadas inaceitáveis, ontologicamente. É a relação, não a diversidade, que constitui o problema; a relação entre o Outro que, por via da conquista brutal, chegou a se colocar na posição de referente exclusivo de definição de todos os Outros, vistos através do prisma da dissimilaridade aberrante. É a relação entre o Grande Outro hegemônico e referencial e todos os outros Outros subalternizados a ele que é o cerne do problema.

Não é a diversidade que deve ser enxergada como a questão em torno da qual há que organizar as energias da sociedade, mas a relação entre todas as formas de alteridade com que conta a sociedade. Pois, em última instância, a diversidade é algo estático, inerte, que não surge necessariamente da relação, mas existe como um dado autônomo concreto

que pré-existe à relação. O diverso existe por si só como a manifestação objetiva de uma realidade que preexiste à relação; ele é uma realidade objetiva produzida pelas forças cegas da própria Natureza. A diversidade carece de uma vida própria por ser meramente o reflexo de algo concreto que surge como *consequência* da ação das forças cegas, imprevisíveis e incontroladas da Natureza. A diversidade não é um dado social; não é o resultado do relacional. Portanto, ela não pode ser alavancada como parte das complexas realidades que surgem da *interação entre as diferentes formas da alteridade*.

Os ódios são gerados em torno da questão das diferenças irreduzíveis implícitas na alteridade radical; a alteridade que constitui o Outro. Aquelas diferenças altéricas<sup>5</sup> que fazem que sejamos aquilo que somos e que nos define como radicalmente diferentes, são as que estão no centro das reações de aceitação ou rejeição, amor ou ódio, tolerância ou intolerância. É a alteridade, não a diversidade, que se constitui em lugar e espaço onde acontece a interação que conduz à *relação*.

De todas as formas de alteridade, é a alteridade racial - concreta ou imaginada – a mais irreduzível, por ser aquela que goza de uma *transversalidade total*. É por isso que o racismo é a última fronteira do ódio. Portanto, a relação de convivência entre negros e brancos e indígena-americanos deve ser visto doravante como merecedor de toda uma gama de estudos interligados, dentro do marco de uma nova e específica dimensão disciplinar transversal e interdisciplinar. De modo que as relações inter-raciais e interétnicas cessem de ser vistas como produtos do acaso, diante das quais também se adotam atitudes pontuais, para se converterem no foco de um tipo de investigação específico, centrado na relação e com o objetivo de mudar o estado da situação atual.

Assim se define o papel de uma verdadeira Universidade nova, e das novas disciplinas que ela proporia. Deve investigar por quais meios as nossas sociedades plurais poderão efetivar uma síntese fecunda a partir de todas as experiências culturais que existem no seu seio; como separar o “bom” de cada um desses componentes, para conservá-lo e usá-lo para o bem comum, mesmo adaptando-o às exigências modernas. E, contrariamente, como descartar o “mau” de cada um desses componentes da sociedade, para que o corpo social possa crescer, como um todo, sem lesar os interesses básicos, ou desestimar os direitos natos, de nenhum dos componentes da sociedade.

---

<sup>5</sup> Altérico = neologismo meu.

O Instituto Cultural Steve Biko foi o primeiro, não somente no Brasil, mas neste continente, a inaugurar uma corrente de estudos rotulados de CCN - Cidadania e Consciência Negra - que lidam com essa impostergável questão de incorporar e aplicar um saber sobre as relações inter-raciais para se chegar a uma tecnologia das relações inter e multiraciais. Ampliar o campo analítico e prático desses novos saberes, enraizados naquilo que merece ser chamado disciplinas da *tecnologia das relações*, é, ao meu ver, uma obrigação para uma Universidade verdadeiramente nova. Ela há de inaugurar um campo específico de estudos interdisciplinares transversais, uma faculdade mesmo, sobre o rótulo de Faculdade de Tecnologia das Relações, que se cindiria em duas vertentes: as Relações Domésticas (ou Nacionais) e as Relações Internacionais.

O papel de uma Universidade, se especialmente inserida num contexto colonial, é forjar *pensadores* – intelectuais, artistas ou técnicos – plenamente capacitados para ler a realidade social presente, *interpretar* a realidade social do passado, e escutar o futuro, para planejar a melhor realidade social possível. Compreender e *assumir o passado*, não negá-lo e travesti-lo; compreender e *mudar o presente*, não fazer de conta que ele não existe; preparar o melhor possível dos futuros sobre a base das lições do passado e da práxis cotidiana. A verdadeira função de uma Universidade, de verdadeiros intelectuais, de verdadeiros acadêmicos, é preparar a sociedade para lidar com suas contradições, conflitos e aberrações internas. O papel da Universidade é promover as *mudanças sociais* positivas.

*O papel de uma Universidade é mudar o presente e pensar o Futuro.*

Mas, como pensar o Futuro quando se investem tantas energias para travestir o passado? Como pensar o Futuro quando se entra em guerra, como é o caso, com o presente Real. Aquele presente refletido nas realidades sociosociais gritantes que agridem a nossa sensibilidade de seres humanos e que nos encham de desespero: dezenas de milhões de pessoas cercadas nas favelas, vivendo e morrendo como animais selvagens, subsistindo em condições subumanas, milhões de pessoas sem teto, sem terra, sem esperança, deambulando por nossas arrogantes cidades; milhões de crianças morando nas ruas, abandonados à sua sorte, como se fossem cachorros sem donos; milhões e milhões de mendigos, de pobres e de paupérrimos que nunca sairão coletivamente dessa situação? Como pensar o Futuro quando se nega que esse presente Real *tem cor e tem gênero*?

Nossos países coloniais emergiram efetivamente de um insondável trauma: o violento embate da Europa contra o resto do mundo, evento cataclísmico causador de

patologias insondáveis em todos os cantos do planeta. Uma Universidade genuinamente nova deveria estar preocupada, principalmente, e sobretudo, pelo estudo desses traumas, dessas patologias, em vistas de solucioná-los. Ora, *o trauma maior e a patologia maior do século XX, do século XXI e, de fato, de toda essa época denominada de Modernidade, reside, sem dúvida alguma, na questão racial; o racismo*. Trata-se do trauma das relações patologizadas entre brancos e negros, e em todos os cantos do planeta, em todas as sociedades, e em todos os níveis: econômico, político, cultural ou estético. Esse é o trauma monumental e inconfesso da sociedade Moderna. Em vez de escondê-lo, uma verdadeira Universidade, especialmente se ela se pretende ser “nova”, deveria encarar esse trauma patológico de frente, buscar honestamente suas raízes históricas, e promover estudos científicos que possam ajudar a sociedade a superá-lo. Especialmente mediante políticas concretas de caráter público, destinadas especificamente a frear, e depois conter, para logo dismantelar, completamente, a ordem raciológica que impera nas sociedades de América chamada “Latina”. Essa ordem social denominada de “Democracia Racial” é de natureza fascista e nazista, pois se funda em um *padrão fenotipofóbico* e em critérios *fenotipizadores* para justificar a *eliminação biológica do Outro* por meio da mestiçagem.<sup>6</sup>

Os negros e os indígena-americanos, pelo menos, já tem identificado e nomeado o *racismo* como o pior dos males introduzidos pelo Ocidente neste continente e no mundo. Pode uma Universidade que se pretenda nova, de verdade, também omitir-se diante dessa identificação do racismo como o pior perigo para a coexistência reciprocamente benéfica de todos os componentes raciais, étnicos e culturais de nossas sociedades americanas e caribenhas?

Nenhum indivíduo deveria sair da Universidade sem compreender, com a maior clareza e objetividade possível, como funciona *de verdade* a sua sociedade. Não mais deveria abordá-la segundo mitos sociais forjados por suas elites através de intelectuais ou acadêmicos mercenários (José Vasconcelos<sup>7</sup>, Nina Rodrigues<sup>8</sup>, Domingo Faustino Sarmiento<sup>9</sup>, Gilberto Freyre<sup>10</sup>, José Elias Entralgo<sup>11</sup>...). Não se concebe tampouco que um

<sup>6</sup> Ver: Kabenguele MUNANGA. *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

<sup>7</sup> José VASCONCELOS. *La raza cósmica. Misión de la raza iberoamericana*. (16.a ed.). México: Espasa-Calpe, 1992.

<sup>8</sup> Nina RODRIGUES. *Os Africanos no Brasil* (5ª ed.). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977; *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957.

<sup>9</sup> Domingo Faustino SARMIENTO. *Conflictos y armonías de las Razas de América*.

<sup>10</sup> Gilberto FREYRE. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.

<sup>11</sup> José Elias ENTRALGO. *La liberación étnica cubana*. La Habana: Imprenta de la Universidad de La Habana, 1953.

indivíduo formado numa Universidade continue desconhecimento como funciona o ambiente externo no qual está inserida a sociedade à qual pertencemos, e como esta se relaciona com o resto do planeta. Essas duas vertentes, o interno e o externo, o doméstico e o internacional, devem estar intimamente interligados, conceitual, teórica e disciplinarmente. Desse modo, o indivíduo formado nas diversas disciplinas será um ser integrado e sábio, e não somente alguém com a cabeça com uma multiplicidade de informações dispersas, até errôneas, que não servem para nada quando se trata de compreender a própria sociedade onde se vive e que se quer governar.

*O papel de uma Universidade é preparar seus cidadãos a governar a cidade e a sociedade.*

## **Universidade e Poder**

O papel de uma Universidade também é de preparar o indivíduo para *assumir o poder* na sociedade e desempenhar funções de comando político, de organização econômica, de gestão administrativa e de supervisão e execução da justiça sobre o conjunto do corpo social; ou seja, sobre o Estado. A Universidade, em todos os países, prepara ao exercício do poder, seja municipal, estadual ou federal – um poder nacional.

Na atualidade, as universidades ensinam principalmente a *administrar* e a realizar pesquisas científicas e sociais, mas sem realmente adentrar as realidades compósitas do corpo social; não ensinam realmente a governar, pois essa função requer ferramentas precisas para a interpretação e compreensão da realidade social *tal qual ela é*. Há poucos acadêmicos e intelectuais nas nossas universidades que tenham cultivado a capacidade de fazer uma leitura verídica das realidades sociais concretas, e compreendê-las sem mitificá-las. As nossas universidades produzem incessantemente uma multidão de indivíduos com títulos, mas que são como turistas nos países em que vivem, e cujas realidades concretas desconhecem ou negam.

É por isso que os nossos governantes *administram* sociedades que eles próprios desconhecem e que, nesse sentido, são como os antigos administradores coloniais que governavam povos conquistados que desconheciam e, para se fazer obedecer, usavam da força bruta. Ser governados por *administradores* que desconhecem a realidade social, e ser administrados por “governantes” que se comportam como uma potência ocupadora, é

estar, de fato, em uma situação de *colonialismo interno*. E esse é o caso de *todos* os países da chamada América “Latina”.

As instituições de ensino superior não inculcam, realmente, o conhecimento profundo do corpo social, nem compelem os estudantes a compreender essa sociedade sobre a qual se pesquisa. Em termos reais e concretos esse corpo social resulta ininteligível, irremediavelmente opaco, sem uma referência sistemática às dinâmicas em torno das quais ele gravita. No caso do continente americano como um todo essas dinâmicas tem sido, historicamente, e com mais força hoje, as dinâmicas do pertencimento racial, social, de gênero, étnico, cultural e, crescentemente, o sentido de pertencimento que deriva da orientação sexual.

Uma verdadeira Universidade prepara o indivíduo para exercer o poder supremo sobre a nação onde vive, de maneira democrática, justa, eqüitativa, e respeitosa do Outro. De todos os Outros que compõem a nação: o Outro racial, o Outro de Gênero, o Outro Cultural, ou Outro Étnico, o Outro como Orientação Sexual, o Outro como Portador de Impedimento Físico ou Mental, o Outro em suas três fases de identidades cambiantes, como criança, adolescente, e idoso.

Ora, governar uma nação que é concretamente multirracial, multiétnica e multicultural implica necessariamente estar em posse da tecnologia das relações humanas interétnicas e inter-raciais. E é precisamente isso que está faltando aos estudos e disciplinas que dizem respeito, particularmente, à governabilidade (como os estudos sobre gestão, administração, relações internacionais, seguro social e ns), mas também, faltam os estudos de disciplinas que incidem na sociedade propriamente, como a sociologia.

Entre outras, essas são as questões que, ao meu ver, deveriam estar no cerne crítico dos estudos (sociológicos, antropológicos, históricos, psicológicos, etc) que se veriam alentados e promovidos por uma verdadeira universidade nova. Esta, seria não tão somente dispensadora do saber tradicional, através das disciplinas ortodoxas, mas estaria voltada, igualmente, para os novos tipos de saberes e a análise crítica e objetiva da sociedade. A mais urgente análise que deve ser feita nas sociedades americanas é aquela que diz respeito à verdadeira posição que nela ocupam os diferentes grupos étnicos e socioraciais que a compõem. Uma Universidade que se esquiva dessa análise, que transverte essa análise, se converte rapidamente em um reduto conservador. Precisamente isso tem acontecido ao longo dos anos nas academias da chamada América “Latina”.

Em síntese, o papel de uma Universidade alternativa, realmente nova e inovadora, é preparar a transição do Brasil para uma sociedade comandada politicamente por um *governo multirracial*. O Brasil do futuro será um país governado por negros e brancos e indígena-americanos; uma nação administrada em função da alocação equitativa dos recursos para cada um dos componentes socioraciais da sociedade. Não há como se esquivar dessa realidade, tendo em conta o quadro demográfico atual e que se prefigura para o futuro imediato, no qual prepondera demograficamente o componente de origem africano. Realidade que todas as estatísticas comprovam: a predominância demográfica da população de origem africana e sua contínua progressão no sentido de constituir, cada vez mais, uma maioria populacional. Atento a essa realidade, é necessário e urgente conceber e aplicar as políticas públicas que convém. Caso contrário, será um caos social consecutivo à inoperância das estruturas que não dialogam com as realidades concretas.

Continuar fingindo que os afro-descendentes no Brasil são uma “minoría” demográfica, e continuar se auto-enganando com a visão de um “país branco-europeu”, é conduzir a sociedade na direção de um desastre e do suicídio coletivo. Tanto o Brasil quanto Israel, por exemplo, devem lidar com uma realidade de vida ou morte: se preparar para lidar com um futuro não distante onde uma população interna tratada e considerada até então como inimiga, se converta na realidade demográfica preponderante. O contínuo crescimento demográfico da população árabe-israelense, por uma parte, e a expansão demográfica dos afro-descendentes do Brasil, por outra, constituem *realidades estratégicas* constrangedoras perante as quais as pessoas sensatas devem urgentemente revisar suas posições e começar a obrar pelo bem-comum.

Faz-se necessário preparar, de maneira concreta, com medidas concretas e projetos concretos, a transição do Brasil para uma sociedade democrática de governo multirracial. De outro modo, pode-se cair no caos, com a possibilidade de desarticulação do corpo social, justamente no momento da história em que as realidades internacionais requerem a existência de um Brasil forte, coeso e *moralmente* capacitado para rechaçar o hegemonismo unilateralista, o pensamento único globalizador e a massificação consumista. Um Brasil capaz de apontar para outra direção que não seja aquela do mundo tirânico que emergiu da conquista e colonização da África, do extermínio dos indígena-americanos. Esse mundo que provocou as duas grandes guerras imperialistas, que cometeu o genocídio contra os judeus, que promoveu as massacres na Ásia (Vietnam), e que promove a



opressão no Caribe (Haiti), no Pacífico Sul e em toda a América chamada “Latina”. Esse mundo de todas as indignidades e iniquidades presentes, baseado na força brutal e na lei da selva – o mundo criado e sustentado por uma ditadura planetária de um punhado de países do chamado Primeiro Mundo.

A grandeza do Brasil, e a sua sobrevivência no século XXI e nos séculos vindouros, não repousa na exaltação chauvinista e neo-imperial de um país geograficamente grande, mas profundamente injusto no que diz respeito ao socioracial. Tampouco reside no medo da mudança, no medo de um *futuro efetivamente multirracial*; esse medo sendo o produto de um enorme medo, profundamente arraigado no coração da nação: o medo da *raça negra* e do *fenótipo* associado a eles. O medo desse Outro Total que mora dentro de nossas próprias fronteiras físicas e mentais.

A grandeza do Brasil, a única grandeza que interessa à humanidade, é a grandeza moral que, potencialmente, ele é capaz de atingir através de mudanças profundas que levem seus cidadãos a compor com todas as formas de diferença que coexistem no seio da nação. Mudanças que, mediante sua extensão progressiva para todos os cantos da sociedade, graças a medidas enérgicas de políticas públicas de ações afirmativas, se convertam, finalmente, em *norma social*; uma nova norma nacional que possa se constituir na base de um novo Pacto Social fundado na equidade.

É esse o Brasil que almejamos.

Um Brasil que seja o fruto da nossa vontade comum, da nossa reflexão comum e de nosso empenho comum de salvaguardar o melhor que surgiu de uma experiência inicialmente desastrosa e brutal de extermínio e de dominação de uma raça sobre todas as outras que encontrou no seu caminho. Um Brasil, incomparavelmente, melhor que o de agora. Uma nação que seja o reflexo tanto das ações que empreenderam aqueles que nos precederam, quanto das nossas próprias ações sociais transformadoras. Uma grande nação, não porque seja fisicamente enorme, como é o caso, mas moralmente grande porque encontrou o modo de realizar aquilo que até agora nenhuma nação conseguiu: a erradicação do racismo, das desigualdades socioraciais, mediante políticas conscientes e deliberadamente orientadas para dismantelar o edifício das desigualdades historicamente herdadas, e erigir uma nova ordem democrática, inclusiva porque inclui a todos no que diz respeito à *repartição equitativa dos recursos* da nação.

Acho que é por aí.

E se é por aí que irão enveredar as novas Universidades, que surjam de projetos como o que o Instituto Cultural Steve Biko, respondendo a um desafio global da sociedade brasileira, pretende impulsionar. Certamente contarão com o apoio irrestrito e o carinho de todos aqueles - negros, brancos, indígena-americanos e outros - que, imbuídos das melhores intenções democráticas e progressistas, prestarão seu concurso, seu talento e sua dedicação a esta empreitada em favor de um novo, forte e inclusivo Brasil.

Um Brasil de Todos. Com Todos. E para Todos.

Essa seria, efetivamente, a realização, pela primeira vez, de uma verdadeira Democracia Racial.